

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 449
12 de Agosto de 1982

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Héska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



A fachada do Centro de Trabalho do PCP em Alcântara (Lisboa) com o novo anúncio luminoso

Confiança

O Centro de Trabalho de Alcântara inaugurou um anúncio luminoso construído por militantes do Partido; em todo o País, as férias não param o trabalho; os comunistas confiam no futuro que constroem hoje - Páginas centrais



Concentração de solidariedade com os trabalhadores do Hotel Baía, em Cascais

Contra os «gorilas» da «AD»

A repressão patronal apoiada pelo Governo «AD» defronta a resposta dos trabalhadores: Hotel Baía, Cometna, ANOP - Pág. 3, pág. 7 e suplemento



A GNR e o povo de Vizela

Vizela

Balsemão responde com a GNR aos anseios de Vizela. O PCP toma posição - Pág 6

REVISÃO INCONSTITUCIONAL DA CONSTITUIÇÃO VOTA-SE HOJE

O PS/Mário Soares consumará hoje e amanhã na Assembleia da República a sua aliança com a reacção contra Portugal de Abril. Octávio Pato e Carlos Costa definem as posições do PCP nos discursos pronunciados em Sines e Portimão - Páginas centrais

COMÍCIO

O PCP E A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

12 AGOSTO • ÀS 19 H.
LARGO CAMÕES
(AO CHIADO)

COM A PRESENÇA DO CAMARADA
JORGE ARAÚJO
MEMBRO DO SECRETARIADO DO CC DO PCP

COM O PCP CONTINUAR A LUTA
DEFENDER ABRIL

ORGANISMOS DA CIDADE DE LISBOA DO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Suplemento / Avante!



Vamos
à Praia!

**Violência
nos EUA**
Porquê?



O que é bom
para a Ford
é bom para
o governo «AD»!

Balsemão prepara-se para vender
mais um bocadinho do País a exigências
das multinacionais. Octávio Pato revela
em Sines os bastidores do «projecto Ford»

ÂNGELO CORREIA ESCONDE RELATÓRIO E TIRA CONCLUSÕES

Forças democráticas e o movimento sindical denunciam as vergonhosas manobras do ministro «AD» da Administração Interna quanto aos assassinatos do 1.º de Maio no Porto. Pág. 3

LÍBANO

Os americanos dão as armas e o dinheiro; o sionismo fornece os assassinos. O massacre dos povos da Palestina e do Líbano toma lugar entre os mais monstruosos crimes da história da Humanidade Pág. 8

Editorial

ACTUAR É INADIÁVEL

Quando hoje e amanhã, no Palácio de S. Bento, os deputados eleitos pelo Partido Socialista seguirem os acordos firmados entre Mário Soares e a «AD» e juntarem os seus votos aos da direita portuguesa para alterarem profundamente a lei fundamental do regime construído pelo povo português depois do 25 de Abril — uma nova situação poderá criar-se em Portugal.

Será uma nova situação porque a reacção poderá contar com novos e preciosos trunfos para a sua ofensiva de destruição de Abril, da democracia e da liberdade. Poderá contar com novos e preciosos trunfos para prosseguir no intensificar da exploração, no restaurar de monópólios e latifúndios, na venda de Portugal a retalho e por grosso ao imperialismo.

Será uma nova situação porque o grupo de Mário Soares, Almeida Santos, Jaime Gama terá levado a um limite ignóbil e abjecto a política de anticomunismo, de alianças com a direita, de cedências e conluios com as forças que hoje representam em Portugal a ameaça fascista. Será dura a palavra, mas os actos são infames: terão levado as suas manobras políticas para além do limiar da traição.

Será uma nova situação mas que não modificou uma verdade fundamental: a democracia e a liberdade continuam a contar em Portugal com forças suficientes para prosseguir a defesa de um país livre, democrático e independente. Será uma nova situação em que as forças democráticas vão continuar a sua luta, na qual os comunistas estarão, como sempre, nas primeiras linhas.

É uma frase feita, mas tem agora aplicação adequada: a «AD» ganhou a primeira fase de uma batalha, mas não ganhou a guerra.

Sejamos mais exactos, a «AD» até nem ganhou esta batalha: ela foi-lhe oferecida pela traição no campo dos que estão — ou deviam estar — com a Constituição e com Abril.

Mas importa não esquecer que há órgãos de soberania (Presidência da República e Conselho da Revolução) que mantêm poderes para fazer ouvir a opinião do povo ou se oporem à aplicação da revisão constitucional aprovada pela maioria da «AD» em aliança com o PS de M. Soares. A batalha da revisão ainda não terminou, vai continuar e, como sempre, o movimento popular de massas, a acção unida ou convergente dos mais variados sectores democráticos podem e devem desempenhar um papel determinante.

Mas, em qualquer dos casos, a «AD» conta hoje com maiores trunfos para pôr em prática o seu plano de subversão do regime. Os partidos da direita têm sido claríssimos quando afirmam que desejariam ter ido mais longe na destruição da Constituição — porque querem ir até ao fim da destruição do regime. Quereriam não só ter alterado o equilíbrio político-institucional do sistema democrático português, como também ter aniquilado na letra da lei fundamental todo o sistema económico. Não querem apenas poder

— como conseguiram — manipular e instrumentalizar as Forças Armadas: queriam também tornar ilegais as nacionalizações e a Reforma Agrária, legalizar os seus actos contra elas e contra a lei; não queriam apenas reforçar — como conseguiram — as condições de exercício e manutenção arbitrários e incontrolados do governo — queriam tornar ilegais os direitos dos trabalhadores e do povo e legalizar os seus actos contra eles e contra a lei.

Mas a «AD» já disse com toda a clareza que esta revisão lhe serve no essencial. Porque aquilo que não obteve na Assembleia para dar força de lei à sua acção fascizante, obteve nessa Assembleia ao conseguir maior margem de acção para o Governo e a maioria parlamentar que detém.

Uma vez conquistado o Governo, a direita tem governado contra a Constituição e contra a lei para conduzir Portugal à crise em que se encontra; mantendo-se no Governo e com a revisão constitucional, a presença da «AD» no Governo torna-se uma presente e evidente catástrofe nacional.

O povo português tinha todo o quotidiano de corrupção, repressão, ilegalidades, exploração, incapacidade da acção do governo Balsemão/Freitas para exigir a sua demissão. Agora tem ainda a confessada intenção deste governo de aproveitar sê-lo para destruir na prática do poder o que não conseguiu destruir na forma da Constituição; tem a confessada intenção da «AD» de agravar ainda mais a política seguida.

Demitir o governo «AD» era necessário e urgente: agora, é indispensável e inadiável.

É uma tarefa que se coloca a todos os portugueses, a todos os democratas. Deixar Balsemão e Freitas do Amaral no governo não será apenas agravar a crise, levar a limites incompensáveis o custo de vida, o desemprego, a inépcia governativa: é confessadamente contribuir para pôr em causa a própria sobrevivência do regime.

A pressão das realidades da vida de todos os dias leva os trabalhadores e as classes médias à compreensão da realidade da situação e dos seus perigos, a uma situação insuportável e intolerável. Para eles, para o movimento operário e popular, com toda a clareza — a luta continua. Para todos os democratas, a premência dos perigos, a eminência da ofensiva generalizada de uma «AD» alcançada no governo tem de ser clara.

Esperar foi um erro. A partir daqui, será um crime.

esforço nacional que arranque o País da aniquilação económica, social e nacional para que a «AD» o vem e irá a conduzir.

O que exigirá um governo democrático com uma política democrática. O que exigirá a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições gerais antecipadas que desalojem de S. Bento a maioria reaccionária que lá se instalou em eleições manipuladas pela reacção no poder.

E que não se esqueça este último facto. Não se esqueça que a direita obteve a sua maioria essencialmente porque dominava então o aparelho de Estado; porque dominava a possível e a efectiva repressão; porque dominada os dinheiros públicos para comprar, subornar e iludir; porque dominava a Comunicação Social.

Para que o povo português tenha condições para afirmar claramente a sua vontade é necessário que tenha todas as condições de honestidade, seriedade e isenção para o fazer. O que exige a nomeação de um governo de gestão identificado com a liberdade, a democracia e os interesses nacionais que assegure eleições gerais dignas e livres. Um governo de gestão que assegure aos portugueses que há vontade política democrática que corresponda ao seu anseio de democracia.

A luta de um povo pela sua liberdade, pela sua dignidade, pelo seu presente e pelo seu futuro não requer cenários. Passa-se toda ela na clareza de um País, na realidade viva e concreta do trabalho, da vida, do esforço para construir uma existência digna e feliz. Passa-se no cenário das fábricas e dos campos, das escolas e dos escritórios, da habitação e da alimentação, da assistência e da cultura. Estes são os cenários onde se passa e se faz a política. Neles se pode erguer obra como a que se começou a erguer com o 25 de Abril: neles se pode semear a ruína como se começou com a direita no poder.

A situação é clara e transparente. Com o povo, com o movimento operário e popular, com os trabalhadores, com todos os democratas, o PCP, nesta véspera de consumação da revisão constitucional da Constituição do Portugal de Abril, afirma que é historicamente urgente

- demitir o governo «AD»
- dissolver a Assembleia da República
- nomear um governo de gestão
- convocar eleições gerais antecipadas.

Por estes objectivos nacionais — a luta continua. Pela defesa diária e intransigente dos interesses dos trabalhadores, pela defesa diária e intransigente das conquistas da Revolução, pela defesa diária e intransigente da liberdade e da democracia — que ninguém o duvide — a luta continuará. Já hoje.

SEMANA

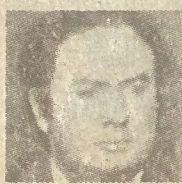
4

Quarta-feira

O preço de venda ao público da carne de bovino aumentou conforme uma portaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, prevendo-se para já aumentos entre os 10 e os 12 por cento ■ Mais de duas dezenas de «gorilas» contratados pela Secretaria de Estado do Turismo assaltam o Hotel Baía, em Cascais. Objectivo: obrigar os trabalhadores a reconhecerem a «comissão de gestão interina», ilegalmente nomeada e que conta com diversos familiares do ex-proprietário ■ A vila de Vizela é ocupada por força da GNR do Porto e de Braga, fazendo-se transportar em 12 autometralhadoras e numerosos jipes. A população tinha voltado a arrancar os carris do caminho-de-ferro já colocados ■ Em Beirute, combatentes palestinos e libaneses resistem a mais uma tentativa das tropas invasoras sionistas para penetrarem na parte Ocidental da cidade ■ A URSS propõe em Genebra a elaboração de tratados internacionais que proíbam as armas químicas e a militarização do espaço ■ Apresentando razões evidentes a CEE, através da Comissão Executiva, prova a inutilidade do embargo norte-americano ao gasoduto soviético para a Europa.

5

Quinta-feira



"erro político"

Em Vizela, confrontos entre a população e a GNR provocam vários feridos em ambas as partes ■ Os «gorilas» que assaltaram o Hotel Baía, em Cascais são reconhecidos como elementos da segurança da «AD» e da candidatura do general Soares Carneiro. O presidente do Governo Regional da Madeira Alberto João Jardim classifica a extinção da Anop como «um desastroso erro político» ■ Com base em razões pouco claras a Companhia Portuguesa de Pescas, com o acordo do secretário de Estado do sector, suspende a sua actividade na Mauritânia ■ Em Washington, o ministro dos Negócios Estrangeiros israelita confessa que os EUA e Israel têm «objectivos comuns» a atingir ao Líbano ■ O Canadá apoia a RFA na sua posição contra o embargo ao gasoduto soviético ■ Falta de quorum impede o início da cimeira da OUA em Trípoli. O impasse foi criado pela entrada recente da RASD para membro da Organização ■ O Pentágono assinala o 37.º aniversário de Hiroxima com uma explosão nuclear subterrânea sete vezes mais poderosa do que então foi utilizada ■ No Brasil, centenas de pessoas esfomeadas assaltam armazéns de víveres em três cidades do estado da Paraíba ■ Em Itália, sete ministros pedem a demissão do governo.

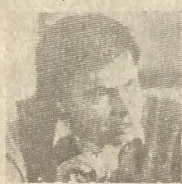
6

Sexta-feira

Manifestantes de Vizela concentram-se na capital do distrito Braga exigindo a retirada da força da GNR daquela vila ■ Agricultores exigem que a Junta Nacional dos Vinhos escose a enorme quantidade de vinho da colheita anterior que ainda se encontra armazenada ■ A ocupação banditesca do Hotel Baía continua impune. O Governo e as autoridades manifestam-se indiferentes perante a actuação à vontade dos «gorilas» contratados pela Secretaria de Estado do Turismo ■ O Ministério da Administração Interna apesar de já estar na posse do relatório do inquérito oficial aos acontecimentos do 1.º de Maio na cidade do Porto mostra-se reticente em o publicar imediatamente ■ Trabalhadores da Anop repudiam por unanimidade o novo conselho de gerência nomeado pelo Governo ■ Dezenas de intelectuais portugueses subscverem um apelo ao Presidente da República para que demita o Governo «AD» ■ Em Hiroxima não se faz esperar a indignação pela experiência nuclear norte-americana ■ Na ONU, o governo norte-americano vota uma resolução do Conselho de Segurança que impunha o embargo da venda de armamento a Israel ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da RPA declara em Trípoli que a África do Sul desencadeou um grande ataque no sul de Angola ■ Na Argentina demite-se o chefe da Força Aérea que defendia a criação de um partido político que propugnasse pelos princípios invocados pelos promotores do golpe de Estado de 1976. O desemprego nos Estados Unidos atinge pela primeira vez desde a 2.ª Guerra a cifra de 10,8 milhões de trabalhadores.

7

Sábado



O PSOE à frente

O semanário «Expresso» denuncia a preparação de uma tentativa de golpe de estado contra o governo de Angola. Preparado pelos serviços secretos sul-africanos muitas das movimentações passaram-se (e passam-se) em Lisboa. O semanário refere que o primeiro-ministro português teria sido avisado ■ Grandes incêndios deflagram na zona centro do país, nomeadamente nos concelhos de Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra e Peralva ■ Um porta-voz da Presidência da República revela não ter qualquer fundamento a notícia dada pelo «Expresso» de que esteja em curso a substituição do general Garcia dos Santos na chefia do Estado-Maior do Exército ■ Um protocolo de pescas é assinado entre Moçambique e Portugal ■ A administração da Renascença Gráfica, empresa proprietária do vespertino «Diário de Lisboa» informa que reforçou as reservas já manifestadas quanto ao processo de substituição da Anop pela chamada Porpress ■ Enquanto em Beirute Ocidental as forças da OLP resistem aos ataques israelitas, o emissário norte-americano Philip Habib apresenta novas soluções para o conflito ■ Em Espanha, uma sondagem indica que a realizarem-se eleições gerais o Partido Socialista Operário Espanhol obterá a maioria absoluta ■ Demitiu-se o governo italiano, chefiado por Giovanni Spadolini e que resultava de uma coligação de cinco partidos.

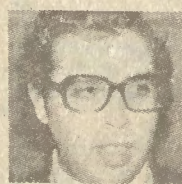
8

Domingo

Nas eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia de Astromil o CDS, que desta vez substitui o PPD, ganha seis lugares e a APU, a outra força política concorrente, três lugares. A APU aumentou 25 votos em relação às anteriores eleições e o CDS teve menos 61 votos que o PPD obtivera antes ■ Em Sines, durante um comício, Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, afirma que quem votar a favor da revisão da Constituição votará «conforme a vontade e os planos da AD» ■ Em Vila Real de Santo António termina a IV Festa da Paz e da Cultura ■ Israel rejeita uma proposta para a instalação de uma força de interposição em Beirute, ao mesmo tempo em Telaviv e Jerusalém milhares de israelitas manifestam-se contra a guerra no Líbano ■ Eleições na Córsega para escolher o primeiro parlamento regional da ilha, sob administração francesa ■

9

Segunda-feira



E o inquérito, sr. ministro?

Os estabelecimentos bancários passam a praticar um novo horário ■ A CGTP-IN exige do MAI a divulgação «integral e urgente» dos resultados do inquérito oficial mandados fazer aos acontecimentos da madrugada do 1.º de Maio, no Porto ■ A Confederação do Comércio Português manifesta-se contra a alteração das disposições legais que permitem aos senhorios os exagerados aumentos de renda" ■ O Presidente da República recebe o embaixador da República Popular de Angola o qual lhe transmitiu a sua preocupação face à documentada notícia de uma conspiração contra o seu país ■ A OCDE revela que o desemprego nos países membros aumentou de forma alarmante de 1970 a 1980, passando de 10 para mais de 21 milhões de pessoas ■ Yasser Arafat, presidente da OLP, revela ter concordado com a retirada dos combatentes palestinos de Beirute ocidental ■ Em Nagasaki, o chefe do governo japonês prometeu que o seu país manteria os três princípios da sua política: não fabricar, não possuir, nem autorizar armas nucleares no seu território.

10

Terça-feira

A maior parte dos jornalistas paralisam durante 24 horas em defesa da Anop. Dos vespertinos lisboetas só «a tarde» se publicou. Com os matutinos da capital vieram a público o «Correio da Manhã» e «O Dia» ■ Trabalhadores de hotelaria, em Cascais, paralisam em solidariedade com os seus companheiros de trabalho do Hotel Baía, exigindo a reposição da legalidade e a saída dos «gorilas» enviados pelo governo.

60 ANOS DE LUTA

ao serviço do povo e da pátria



EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 60.º ANIVERSÁRIO DO PCP EM LIVRO

Uma grande iniciativa de **edições Avante!**

revista internacional
problemas da paz e do socialismo
revista dos partidos comunistas e operários

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Sôro Pereira Gomes

— 1699 — Lisboa CODEX, Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º

1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa, Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa, Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto, Tel. 693906.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa, Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa, Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto, Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora, Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora, Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Julho: 50 620

Nacional

Repressão patronal apoiada no Governo

O patronato reaccionário, com as costas quentes de um Governo que manda a polícia contra os trabalhadores, enveredou há muito pela violência física para resolver — tentar resolver — os seus problemas. O método não é novo, e começou, se bem se lembram, desde que o processo de recuperação capitalista e latifundista iniciou a sua marcha amparado pelo PS. A resistência dos trabalhadores, porém, não tem permitido que os projectos da direita e do patronato se concretizem completamente. O movimento operário e os trabalhadores em geral, apoiados e orientados pelas suas organizações de classe, Comissões de Trabalhadores, Sindicatos, Intersindical Nacional, têm, ao longo da resistência e da luta, obtido vitórias significativas.

A violência dentro das empresas, o recurso a homens de mão, a 'gorilas', à repressão administrativa é, por um lado, sinal de que o patronato e as administrações reaccionárias têm campo livre e apoio no Governo; é sinal também de algum desespero que se instala entre os capitalistas.

E assim se tem assistido a um recrudescimento — a uma verdadeira escalada — de assaltos a empresas, de agressões a trabalhadores. Dois casos recentes, a somar aos que têm vindo a ser divulgados, revelam ainda um outro aspecto ligado a este «reforço da sociedade civil». Após a investida que a administração da Cometa lançou contra os trabalhadores desta unidade fabril, vive-se agora, no Hotel Baía, em Cascais, mais uma violência com intervenção de gorilas.

A resistência dos trabalhadores às medidas arbitrárias do Governo e dos capitalistas que o apoiam alarga-se a outras camadas da população laboriosa. Indiscriminadamente, os senhores da 'AD' e o patronato lançam mão da violência física, alargando também o seu campo de agressão. Isolando-se, afinal, mais e mais na sociedade portuguesa.

E é, por exemplo, o próprio Governo, através das manobras de Nandim de Carvalho, quem manda os gorilas agredir, no Hotel Baía, os trabalhadores da unidade turística, numa operação de gangsterismo que concitou já o repúdio não apenas dos trabalhadores do hotel, mas também dos próprios hóspedes e de sectores da população de Cascais.

Depois de decidir demitir ilegalmente a comissão de gestão eléita da empresa, que se encontra em autogestão desde 1975, Nandim de Carvalho, o «social-democrata», nomeou interinamente uma comissão da sua confiança. Ou será que o próprio Nandim é que é da confiança dos «gestores» nomeados que são nada menos que o filho e o genro do antigo patrão?

Face à disposição de luta dos trabalhadores, que não abdicam da legitimidade que lhes assiste, a reacção lançou mão de gorilas: gente saída há pouco de cadeias onde permaneceram por tráfico de droga, gente da segurança do ex-candidato Soares Carneiro, gente conhecida em Cascais por actividades delituosas. O assalto e a agressão teve, naturalmente, a cobertura da polícia cujo ministro é o famigerado Ângelo Correia; teve a solidariedade de Nandim; teve o aplauso do pasquim fascista «O Diabo» e, em geral, de toda a imprensa de direita. Em contrapartida, os trabalhadores de hotelaria e turismo da Costa do Sol solidarizam-se com os seus camaradas. E a unidade contra os desígnios do Governo e do patronato cresce.

É de esperar que, empoleirados na revisão constitucional que obteve do PS/Mário Soares, o Governo tente novas e mais graves acções contra os trabalhadores. Mas entre o que a 'AD' quer — a repressão, a falência de empresas, a destruição fraudulenta de nacionalizadas, a entrega ao patronato das principais fontes de riqueza, o desemprego — e o que **pode**, vai a distância que representa a resistência dos trabalhadores. De cada vez mais trabalhadores, que precisam reforçar a sua organização, cimentar mais ainda a sua unidade. Em breve, cerca de um milhão e oitocentos mil trabalhadores estarão envolvidos no processo de renovação dos ACT's. Um poderoso movimento que conta com a solidariedade da maioria dos portugueses que exigem o despedimento da 'AD'.

Nota da SIP do PCP Um governo de gorilas

1) O assalto ao Hotel Baía, em Cascais, por um numeroso grupo de «gorilas» ao serviço da Comissão de Gestão Interina e da Secretaria de Estado do Turismo e as vergonhosas violências, agressões e actos de coacção que cometeram contra os trabalhadores, assume, no momento actual, um significado político particularmente grave.

2) Com efeito, tais desmandos, prepotências e arbitrariedades indicam claramente que o governo «AD», encorajado pelo reforço de posições e instrumentos que conta obter com a revisão da Constituição, se prepara para intensificar a repressão e a brutalidade contra os trabalhadores, os seus direitos e a sua luta, com recurso às mais clamorosas violações de legalidade democrática.

3) Um governo que, como aconteceu agora no Hotel Baía, para servir o patronato, não hesita em contratar milícias privadas para agredirem e coagirem trabalhadores, provocando ferimentos graves em dirigentes sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores (um dos quais teve de ser submetido a uma intervenção cirúrgica) e que faz a PSP intervir expulsando os trabalhadores do seu local de trabalho mas não identificando sequer os «gorilas» — é um governo completamente fora-da-lei com um comportamento indigno de um órgão de soberania no regime democrático português.

4) Em 29 de Julho, o governo «AD» incluía no seu pacote de projectos e medidas contra-revolucionárias apresentadas como de desenvolvimento da revisão da Constituição a «introdução de um novo regime jurídico aplicável às empresas em autogestão pondo termo a alegadas situações de indefinição e injustiça».

Cinco dias depois, no Hotel Baía, empresa em autogestão, os «gorilas» pagos pelo governo «AD» já tentavam impor a ilegalidade da violência e da brutalidade e fazer a injustiça do patronato pelas suas próprias mãos.

5) Porque é a própria «AD» e o seu governo que arrogantemente exibem os seus planos de destruição do regime democrático e proclamam que para tanto contam com a revisão da Constituição oferecida pelo PS à «AD», ninguém que se reclame da democracia pode hoje alegar que não conhece os perigos que a «AD» faz adensar sobre a democracia e os interesses fundamentais do povo português.

Nada pode justificar que o regime e as instituições democráticas, tendo força, mostrem passividade; que, tendo razão, mostrem hesitações; que, tendo a vitória ao seu alcance, constintam na provocação e nos insolentes desafios da reacção.

A demissão do governo «AD» e a dissolução da Assembleia da República para novas eleições legislativas são uma necessidade imperiosa de afirmação da soberania popular e uma exigência insupelável da própria dignidade do regime e das instituições democráticas.

4 de Agosto de 1982

A SIP DO PCP

Reportagem e noticiário sobre a situação no Hotel Baía na pág. 7

O Código de Menéres Pimentel MDM condena nova penalização do aborto

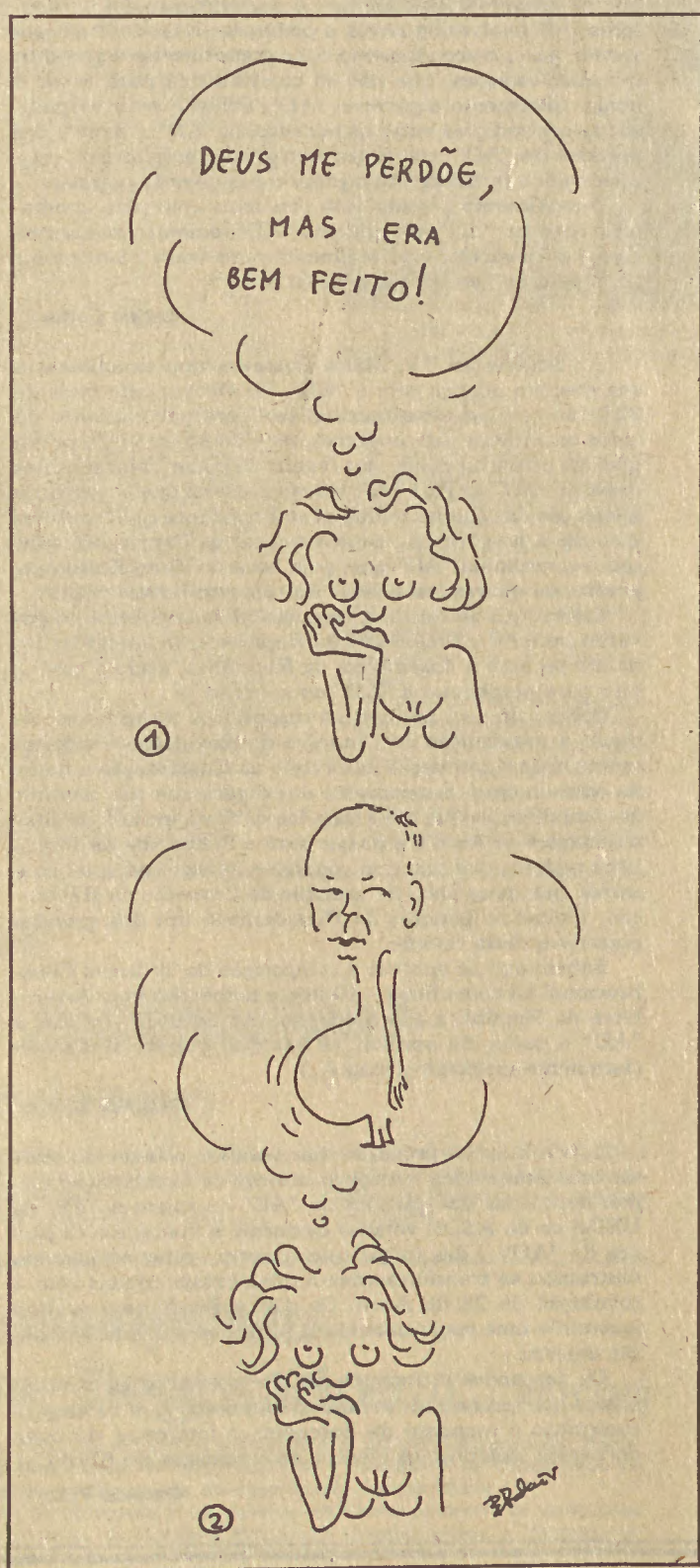
O Secretariado Nacional do Movimento Democrático de Mulheres, em comunicado de imprensa protesta e condena energeticamente a decisão da Assembleia da República em ratificar o decreto-lei proposto pelo Governo através do ministro da Justiça, Menéres Pimentel, de alteração ao Código Penal em que a penalização do aborto é reduzida para três anos.

Esta medida de falsa preocupação em relação à defesa dos direitos das mulheres é um «fechar de olhos» à realidade existente no nosso País, pois é conhecido o número de cerca de 300 000 abortos clandestinos que se praticam anualmente, à sombra de desenfreada especulação e são causa de inúmeros traumas físicos e psíquicos.

O Secretariado Nacional do

Movimento Democrático de Mulheres considera que o firme combate ao aborto clandestino só é possível através da generalização a nível nacional do Planeamento Familiar e da legalização da interrupção voluntária da gravidez encarada como último recurso, sempre praticada em unidade hospitalar.

A ratificação pela AR do decreto-lei do Governo é uma violação das aspirações das mulheres portuguesas, violação tanto mais clara quando se encontram agendados para discussão na Assembleia da República os projectos-lei «Protecção e Defesa da Maternidade», «Planeamento Familiar e Educação Sexual» e «Interrupção Voluntária da Gravidez», que têm largo apoio e consenso das mulheres portuguesas.



Os assassinatos do 1.º de Maio no Porto Ângelo Correia esconde o relatório e tira as (sua) conclusões

Nota da SIP do PCP

1. As recentes declarações de Ângelo Correia a respeito do inquérito aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto mostram claramente que o governo «AD» e o MAI se preparam para uma nova operação de intoxicação da opinião pública.

2. Com efeito, é revelador de uma extrema desonestidade política e moral que o MAI, tendo em seu poder há semanas o relatório sobre os acontecimentos elaborado pela Procuradoria Geral da República e não o tendo ainda divulgado, já se apresse a fazer publicamente interpretações das conclusões de tal documento e anuncie mesmo para esta semana uma comunicação ao País com idêntico objectivo.

3. Tudo indica assim que o governo «AD» e o seu ministro da Administração Interna procuram desde já condicionar e influenciar o juízo da opinião pública, adiando sínteses arbitrárias e interpretações facciosas do referido relatório, como claramente decorre da afirmação feita por Ângelo Correia de que as responsa-

bilidades da PSP e da Polícia de Intervenção se verificariam em «casos pontuais».

4. A verdade, porém, é que as responsabilidades pela selvática repressão, pela bárbara violência, pelos numerosos feridos e pelo assassinato de dois trabalhadores longe de poderem ser convertidas em meros «casos pontuais» são o aspecto essencial e fundamental em relação aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto.

5. O governo «AD» não é uma entidade isenta ou neutra em relação aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. Bem pelo contrário, carrega sobre os ombros enormes responsabilidades políticas por aqueles sangrentos acontecimentos. Por isso, o País dispensa perfeitamente as capciosas antecipações, comentários e interpretações que o governo «AD» já está a fazer e pretende continuar a fazer de um relatório cujo conteúdo integral continua a ocultar, exactamente para ter tempo para afinar uma nova operação de mistificação e mentira.

9 de Agosto de 1982

A SIP do PCP

Intervenção de Edgar Maciel reclama resultados do inquérito

Numa festa promovida pela APU no Areinho (Oliveira do Douro), o camarada Edgar Maciel, do CC do PCP e da DORP, referiu, durante a intervenção política da Festa, a questão do relatório sobre o 1.º de Maio no Porto, afirmando nomeadamente:

«(...) Que se desiludam aqueles que pretendem deixar cair no esquecimento os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto e a exigência popular de castigo dos seus responsáveis. «A noite sangrenta de 30 de Abril no Porto não foi um acontecimento fortuito. Tratou-se de uma grave e premeditada provocação das forças reaccionárias, da «AD» e dos seus lacaios da UGT contra os trabalhadores e o

povo do Porto. Tratou-se de um passo em frente na escalada fascizante, na utilização por parte da «AD» das forças militarizadas contra os trabalhadores e o povo. Tratou-se de uma operação terrorista para amedrontar e atemorizar os trabalhadores portugueses e fazer recuar as suas organizações de classe.

«A unidade, a grande coragem, a combatividade e a firmeza dos trabalhadores do Porto derrotou a provocação fascista. Mas os crimes cometidos na noite sangrenta de 30 de Abril, em que caíram assassinados pela polícia dois trabalhadores e em que mais de uma centena foram espancados selvaticamente e feridos, não poderão ficar impunes.

«Nós renovamos a exigência dos trabalhadores e do povo do Porto que o ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, e o governador civil do Porto, o fascista Rocha Pinto, sejam demitidos e responsabilizados pelos crimes cometidos. Nós renovamos a exigência que os elementos policiais responsáveis e intervenientes nos crimes cometidos sejam julgados e punidos.

«Nós denunciámos vivamente, perante a opinião pública nacional e internacional, o escandaloso facto do ministro da Administração Interna — que é simultaneamente o principal responsável a nível político pelo trágico acontecimento do 1.º de Maio — estar a impedir a divulgação pública do relatório do inquérito ju-

dicial sobre esses acontecimentos e que já lhe foi entregue há duas semanas. Nós alertámos também contra as operações de contra-informação que o Governo «AD» iniciou já nos grandes órgãos de comunicação social, com o visível propósito de deturpar as conclusões do inquérito e mistificar a opinião pública, operação que culminará certamente com a divulgação do «parecer» que Ângelo Correia encomendou à pressa aos serviços do seu próprio Ministério.

«Nós exigimos que o inquérito judicial seja imediatamente e na íntegra tornado público e que os responsáveis pelos crimes do 1.º de Maio sejam responsabilizados, julgados e punidos».

Nota da União dos Sindicatos do Porto

1. A USP/CGTP-IN denuncia publicamente o facto do governo «AD» estar a impedir que a opinião pública tome conhecimento das conclusões do inquérito aos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. Após mais de 15 dias passados sobre a data em que o juiz enviou o inquérito para o MAI, constitui um escândalo de inqualificável gravidade que o sr. Ângelo Correia, principal responsável político pelos crimes do 1.º de Maio ocasionaram o assassinato de 2 trabalhadores e mais de uma centena de feridos, não só esteja a impedir a divulgação pública e integral das conclusões do inquérito judicial como, também, esteja a lançar através da

comunicação social manipulada pela «AD» uma campanha de deturpação, intoxicação e mentira.

2. O anúncio de que o sr. Ângelo Correia se prepara para fazer, através da televisão, uma «comunicação ao país» sobre os acontecimentos do 1.º de Maio, ao mesmo tempo que impede a divulgação das conclusões do inquérito, constitui um gravíssimo abuso do poder e uma inqualificável manobra para se furtar, a si, ao governo «AD», ao governador civil do Porto, da situação de réus de crimes cometidos a seu mando pela polícia, num caso que justamente indignou a opinião pública nacional e internacional.

Os trabalhadores e o povo português exigem que os responsáveis pelos crimes do 1.º de Maio sejam responsabilizados e castigados. Responsabilizados e demitidos os srs. Ângelo Correia e Rocha Pinto. Responsabilizados, julgados e condenados os responsáveis e os autores materiais do assassinato de 2 trabalhadores e da selvática agressão de centenas de pessoas.

3. A USP/CGTP-IN reclama que seja imediatamente tornado público o inquérito aos acontecimentos do 1.º de Maio e que a ele possam ter acesso, na íntegra, os jornalistas, os advogados das vítimas da selvática acção poli-

cial, o movimento sindical e todos os interessados, de modo a que a opinião pública possa conhecê-lo sem falsificações a ajuizar das respectivas conclusões.

(...) Pela sua parte a USP/CGTP-IN reserva o seu juízo sobre o inquérito realizado para o momento em que possa conhecê-lo na íntegra, quer quanto às suas conclusões, quer quanto aos restantes elementos do processo no seu conjunto (...).

(...) A USP/CGTP-IN realinha a sua disposição de não permitir que a verdade seja escamoteada ou distorcida e que os responsáveis pelos crimes cometidos possam ficar impunes.

PCP



Os perigos para a democracia e as propostas do PCP para sair da crise

— discursos de Octávio Pato e Carlos Costa

Dois importantes discursos políticos assinalaram o passado fim-de-semana. O PCP, através de dois dos seus dirigentes, os camaradas Octávio Pato e Carlos Costa, ambos da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, analisaram no decorrer de comícios, o actual momento político, sublinhando as propostas dos comunistas para a crise aprofundada pela governação 'AD'.

O agravamento da situação económica e financeira do País enquanto o Governo Balsemão continua a desferir profundos golpes contra as em-

presas nacionalizadas; a ofensiva patronal e governamental contra os trabalhadores; o plano subversivo contra a democracia, agravado com a revisão inconstitucional da Constituição que a 'AD', com a ajuda do PS/Mário Soares, pretende consumir nos próximos dias, foram alguns dos pontos analisados nos discursos proferidos por Octávio Pato, na Festa da Terra e do Mar, em Sines, e por Carlos Costa, na Festa de Agosto, em Portimão, ambas no passado dia 8 do corrente.

Dos dois discursos publicamos significativos excertos.

A ofensiva 'AD' contra o povo e as conquistas de Abril

(...) A "AD" já não oculta que a sua ansia de ver concluída a revisão inconstitucional da Constituição é um primeiro passo para ter na mão todas as alavancas do poder como condição essencial para levar por diante todo o seu plano de subversão do regime democrático saído do 25 de Abril.

Isso é de tal forma evidente, que o governo da "AD", para satisfazer a clientela dos grandes capitalistas e das empresas multinacionais, ao serviço dos quais se encontra, não quer sequer esperar pela revisão da Constituição para realizar os seus desígnios inconstitucionais e o desrespeito pela própria revisão que fará aprovar com a degradante capitulação do PS de Mário Soares.

A ofensiva que está a desenvolver-se contra as empresas do sector público e nacionalizadas não deixa margem para dúvidas sobre o carácter antinacional e fascizante dessa política (...)

Octávio Pato 8/8/82

(...) Pela resolução 43-E de 17.2.81 o Conselho de Ministros teve a audácia de afirmar que ao Estado compete gerir as actividades que não interessam ao sector privado.

E assim vemos as partes lucrativas das empresas nacionalizadas passarem para o capital privado, tal como aconteceu na RN, com a venda do Hotel Eva; na Petrogal, com a alienação dos postos de venda de carburante; na Siderurgia Nacional, com a entrega da exploração do cais da Siderurgia (no Seixal) a uma empresa de capital misto onde a SN detém apenas 40%; e muitas outras.

Vemos a alienação em curso das empresas lucrativas ligadas à fabricação de betão (Jomatel, Betão Liz, Norbetão, Unibetão) e ainda a UTIC, Alco, Eurominas, Sicientrel, SIAF, por troca de títulos de indemnização ao valor nominal de 1000\$00, quando o seu valor registado na bolsa é de 140\$00.

Vemos o que se passa na CTM e na EDP, cuja tentativa, de desmantelamento, por parte do governo, vem sendo denunciada pelos trabalhadores.

Vemos o que se passa na ANOP, empresa pública que se pretende extinguir invocando-se a impossibilidade de dar um subsídio de 50 000 contos, mas cria-se uma agência noticiosa privada de fachada cooperativista, à margem das estruturas representativas dos trabalhadores e do próprio Conselho de Gerência, que põe em causa centenas de postos de trabalho, e para a qual o governo se compromete a dar um subsídio de 150 000 contos anuais (...)

Octávio Pato

(...) Há hoje muitas e muitas pessoas honestas que acreditaram na "AD", que acreditaram que a "AD" ia mudar a vida para melhor, e que agora verificam que dia-a-dia do governo da "AD" muda a vida para pior, pessoas que votaram na "AD" e que agora se sentem profundamente ludibriadas. Há hoje muitos e muitos socialistas ou ex-eleitores socialistas profundamente desiludidos e desorientados com o claro e miserável conluio com a reacção de Mário Soares e da direcção do PS.

Todos estes amigos, todas estas pessoas honestas e sinceras, com maior ou menor grau de consciência do que as preocupas e angustia, se interrogam e querem saber, querem compreender, qual a situação em que vivemos (o que caracteriza a actual situação do país); que situação e perigos nos esperam; de onde vêm os perigos principais; como fazer frente a esta situação, vencer os perigos e, finalmente, viver uma vida melhor, mais tranquila e mais feliz?

Mais breve (como aqui o faremos) ou mais detalhadamente, sempre que possível, os comunistas devem responder a todas estas perguntas até porque o PCP é o único grande partido que tem uma resposta profunda e verdadeira para todas estas inquietantes questões.

Podemos partir de uma verdade que todos os trabalhadores e todos os que vivem do seu próprio trabalho sabem porque a sentem dia-a-dia e com intensidade crescente: desde que começou o governo "AD" o custo de vida em todos os seus aspectos (alimentação, vestuário, habitação, transportes, medicamentos e assistência médica, etc.) aumenta diariamente e em proporção muito maior do que os salários e os rendimentos dos que vivem do seu próprio trabalho. Portanto, os trabalhadores e os que vivem do seu próprio trabalho perdem dia-a-dia com a política de preços do governo "AD" e caminham para a miséria e a ruína. Mas, como quando alguém perde há sempre alguém que ganha, ganham com a política do governo "AD" os que vivem à custa do trabalho alheio, sobretudo os já muito ricos, os grandes industriais, proprietários e intermediários (...)

Carlos Costa 8/8/82

Um plano subversivo contra a democracia

(...) Apesar de ter o governo, de dispor da maioria na Assembleia da República, de já controlar o comando das forças policiais através do MAI, de manipular totalmente os principais meios de comunicação social; apesar do colab-

objecta sujeição dos laços da UGT, a "AD" sabe (o ex-deputado fascista Pinto Balsemão sabe, o discípulo dilecto de Marcelo Caetano, Freitas do Amaral sabe, os dirigentes dos partidos reaccionários sabem) que não é possível levar até ao fim a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista sem previamente levar a cabo um plano de subversão do nosso regime democrático.

Este plano subversivo foi tentado aquando das últimas eleições para a Presidência da República, e estrondosamente derrotado pela convergência das forças democráticas em 7 de Dezembro de 1980.

Não tendo o povo permitido que tal plano se concretizasse **pela via** de um acto eleitoral (não esqueçamos que foi essa a via pela qual Hitler chegou ao poder), as forças reaccionárias, mais uma vez com a colaboração de Mário Soares, procuram agora concretizar as condições necessárias para a execução do seu plano de subversão do regime democrático português **pela via** de uma revisão inconstitucional da Constituição.

Como é sabido, o Conselho da Revolução e o Presidente da República têm tido um papel positivo (embora insuficiente) na defesa do regime democrático.

Com a actual revisão inconstitucional da Constituição, a "AD" visa não só liquidar pura e simplesmente o Conselho da Revolução e o papel institucional e político dos militares de Abril, como igualmente liquidar os poderes do Presidente da República de escolher os chefes militares passando tais poderes para o governo "AD", para o conspirador Freitas do Amaral. A "AD" pretende ainda dificultar ao máximo ao Presidente da República a dissolução desta Assembleia da República de maioria "AD" e a dissolução do ou dos governos "AD".

Apesar da actual revisão da Constituição não ser ainda a que a "AD" desejava, muitos outros são os aspectos profundamente negativos desta revisão, mas cito apenas estes porque são os que mais directamente se ligam com o plano subversivo da "AD", que necessariamente implica dispor dos poderes militares para levar a cabo a reconstituição do capitalismo monopolista de antes do 25 de Abril (...)

Carlos Costa

(...) A "AD" tem uma pressa enorme em apoderar-se das chefias militares até porque sabe que a política de recuperação capitalista, a política de exclusiva protecção ao grande capital "nacional" e estrangeiro, está a atirar o País para um colossais desastre económico que provocará uma nova e ainda mais profunda vaga de descontentamento popular.

Na verdade, a política da "AD" voltada contra o nível de vida do povo, contra a Reforma Agrária e os pequenos e médios agricultores, contra as empresas nacionalizadas e os pequenos e médios industriais, contra os pequenos e médios comerciantes, está a provocar a estagnação e retrocesso da produção agrícola e industrial e o consequente aumento vertiginoso do défice da nossa balança comercial e da dívida de Portugal para com o estrangeiro. A dívida externa portuguesa é já superior às nossas reservas de ouro e divisas, o que significa que a política de recuperação capitalista conduziu o País à situação da falência financeira. O desastre económico torna-se, assim, iminente. Numa tal situação os preços tenderão a subir ainda mais brutalmente, as falências e o desemprego generalizar-se-ão, a falta de géneros de primeira necessidade será inevitável...

A "AD" precisará então de todos os poderes militares para deter a revolta popular e impor uma nova ditadura. Estamos contudo certos que antes que tal suceda será a "AD" definitivamente varrida do poder (...)

Carlos Costa

Isolamento da 'AD' e medidas necessárias

(...) Os graves acontecimentos recentemente ocorridos em Vizela, em Canas de Senhorim, em Pombal, são exemplos indicativos do profundo mal-estar que existe e alastra por todo o País, são uma consequência da política e da irresponsabilidade dos partidos da "AD" que fazem promessas eleitoralistas sem cuidarem do seu cumprimento; são mais uma demonstração da imperiosa necessidade de varrer a "AD" do Governo.

A demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão e a realização antecipada de eleições legislativas são medidas profiláticas essenciais para salvaguardar o regime democrático e para decidir do dilema que se torna candente: ou o Presidente da República e o Conselho da Revolução demitem o Governo ou a "AD" e o Governo acabará por conseguir a demissão do Presidente da República.

Num discurso proferido na Assembleia da República (já lá vão mais de 3 anos) o senhor Presidente da República afirmou:

"Mas não posso menosprezar os perigos com que já hoje se confronta a nossa democracia, nem aceitar que se desenvolvam situações de tensão entre instituições, nem consentir que se iludam as expectativas legítimas dos portugueses".

Estas palavras têm hoje uma ressonância e acuidade incomparavelmente maiores e todos os democratas e patriotas têm efectivamente a esperança de não verem iludidas "as expectativas legítimas dos portugueses".

O desenrolar dos acontecimentos têm levado a uma crescente clarificação de posições das forças políticas e sectores democráticos portugueses. Havia quem sonhasse com o isolamento e enfraquecimento dos comunistas, mas ao

contrário do que desejavam, são as forças da direita agrupadas na "AD" e os seus aliados do PS/Mário Soares, que se desmascararam, se isolam e perdem bases de apoio social e político.

Hoje, já não são só os comunistas que reclamam as 4 medidas preconizadas pelo PCP.

Vastos sectores da opinião pública (comunistas, socialistas, militares de Abril, sectores democráticos diversos, milhares de pessoas sem partido que votaram na APU, na FRS e até nos partidos da "AD") têm posições convergentes ou coincidentes quanto às formas e vias para sair da grave crise política, social e económica que o País atravessa.

As forças democráticas e o movimento popular de massas em que os trabalhadores desempenham um papel determinante são bastante mais fortes que as forças da reacção. Os que afirmam não se vislumbrar uma alternativa política democrática ou os que receiam os resultados de novas e antecipadas eleições legislativas revelam timidez ou desconhecimento do sentir das massas populares.

No decurso dos últimos anos, todas as camadas sociais do nosso povo fizeram uma significativa aprendizagem política. Têm motivos para reacear as eleições todos aqueles que fizeram promessas que não cumpriram, que mentiram e agiram contra os interesses do povo. O PCP e as forças que agrupam e apoiam a APU (forças que podem e devem alargar a sua base de apoio social e político) não receiam ouvir o povo, não receiam o julgamento do eleitorado (...)

Octávio Pato

Defender a Constituição de Abril

(...) Vós sabeis que nós temos lutado e lutaremos até ao último minuto contra esta revisão inconstitucional da Constituição. Nós temos reclamado e continuaremos a reclamar do Presidente da República e do Conselho da Revolução que usem os seus poderes constitucionais para dissolver a actual Assembleia da República, demitir o Governo e impedir a revisão inconstitucional da Constituição.

Mas se esta revisão for levada a cabo, os comunistas, os trabalhadores, os democratas mais consequentes, não vão ficar desanimados e parados.

No decurso deste ano o movimento popular, com destaque para o movimento sindical e o movimento dos agricultores, desenvolveram novas e poderosas lutas contra o governo "AD", nomeadamente duas greves gerais e grandiosas manifestações, que não só contribuíram para isolar e abalar fortemente o governo "AD", enfraquecer e agudizar as contradições entre os partidos da "AD" e dentro dos partidos da "AD", como, por outro lado, ampliaram, enriqueceram e fortaleceram o próprio movimento popular.

O movimento popular está pois mais apto para combater o governo "AD"; e o governo "AD", embora mais agressivo e enraivecido, está realmente mais fraco para resistir ao impeto do movimento popular (...)

Carlos Costa

(...) Através da TV, Mário Soares tentou escamotear a sua efectiva aliança com a "AD", ao afirmar que mais de 80% da revisão constitucional se fizera por consenso de todos os partidos. Até poderiam ter sido 85 ou 90%, pois a questão essencial reside nos órgãos de poder colocados nas mãos da "AD". O PS e Mário Soares sabem que ao retirar a nomeação das chefias militares ao Presidente da República e ao dá-la ao governo, estão a colocar as Forças Armadas sob o controlo da "AD" que, pela boca de Pinto Balsemão, já afirmou querer fazer delas instrumento da sua política.

Sabem que ao retirar a responsabilidade política do governo perante o Presidente da República, mantendo-a somente perante a Assembleia da República, estão a contribuir para perpetuar a "AD" no governo.

Sabem que ao aprovar as disposições transitórias, visando a substituição do Conselho da Revolução imediatamente após a aprovação da revisão da Constituição e antes da entrada em funcionamento dos órgãos que irão assumir as competências que até à data lhe cabiam, estão a insultar os capitães de Abril e a passar para o Presidente da República poderes que não tem condições de exercer, quando é sabido que, para além da extinção do Conselho da Revolução, limitar os poderes do Presidente é um dos grandes objectivos desta revisão.

Sabem que ao aprovar a composição do Tribunal Constitucional tal como ficou — 10 juizes nomeados pela Assembleia da República e 3 a cooptar por estes 10 — é dar à "AD" o poder de aprovar as leis que quizer, ainda que claramente inconstitucionais (...)

Octávio Pato

(...) Os que nos próximos dias votarem a favor da revisão antidemocrática e inconstitucional da Constituição (sejam deputados dos partidos da "AD" ou sejam do PS, da UEDS ou da ASDI) votarão conforme a vontade e os planos da "AD" e das forças que querem voltar ao passado destruindo as transformações fundamentais criadas com a revolução do 25 de Abril. Os que votarem essa revisão assumirão uma responsabilidade histórica que jamais poderão enjugar.

Os deputados eleitos pelo PCP respeitarão os compromissos que assumiram perante o eleitorado que os elegeu, cumprirão o mandato de defender os interesses do povo português, defender os ideais e as conquistas de Abril (...)

Octávio Pato

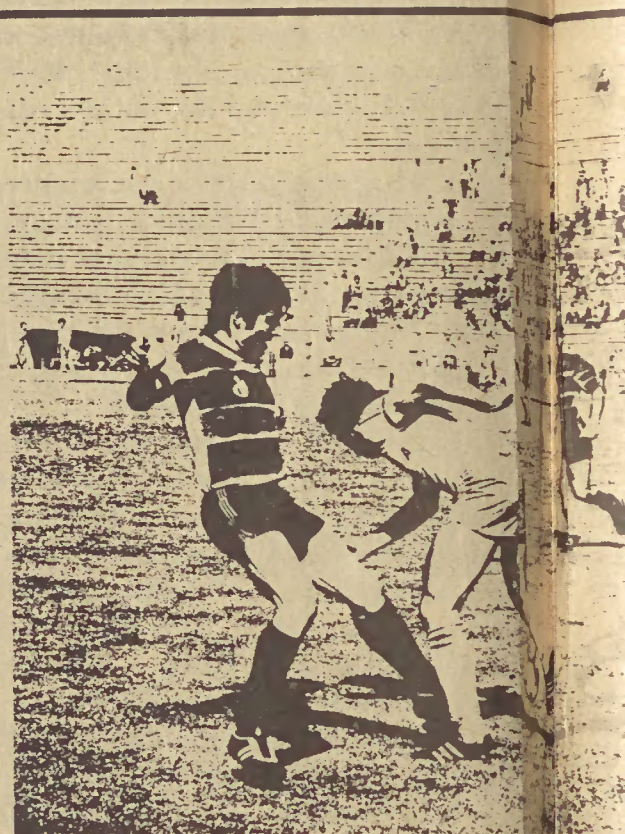
Portimão, Sines

Festas pol

O convívio, a amizade, o contacto vivo com as manifestações da arte e da cultura popular, os espectáculos (do «rock» ao fado, passando pela ca ligeira, o canto livre, o folclore, a música, etc), o colorido das jornadas desportivas, as actividades recreativas, os petiscos regionais, o debate de temas da actualidade política, social e económica em colóquios, sessões e grande comício, são alguns dos aspectos dominantes da festa organizada pelo Partido no último fim-de-semana e rios pontos do país.

Ao esforço, à imaginação, ao convívio das organizações do PCP, responderam — como tem sucedido nas outras iniciativas — a presença dos militantes comunistas neste fim-de-semana 1982 — muitos milhares de pessoas, homens e jovens, comunistas e não comunistas, democratas de várias tendências que se to aberto vivem bons momentos de convívio nestas jornadas promovidas pelo PCP.

Encontramos nestas festas os natu



«Juventude Vermelha» brilhante vencedora do Torneio «Ante

Na Festa da Terra e do Mar, em Sines, decorreram as finais dos torneios de Futebol de Salão «Avante!» e do torneio de andebol organizado pela JCP e que deveriam ter finalizado no Alto da Ajuda, na Festa do «Avante!», o que não foi possível devido às condições atmosféricas.

Os jogos decorreram no magnífico Parque de Jogos municipal, com a assistência de muito público que sublinhou, com o seu entusiasmo e apoio às equipas, as fases mais emocionantes dos desafios.

No torneio de andebol foram apuradas para a final as equipas de Évora e Alcácer do Sal, tendo a

primeira saído vencedor pelo resultado de 2 a 1 (Seixal) 1 — Juventude de f... Lisboa... torce... Sine... equip...

Nas meias-finais do torneio de Futebol de Salão, registava-se um empate, tendo-se decidido a desempate por meio de «penalties». Foi a equipa da para a final de Sines.

Após prolongamento, a equipa de f... Lisboa (Juventude Vermelha) venceu a Sine (Conselho Desportivo Municipal), por 4 a 1.

Juventude

Líbano Sessões de solidariedade promovidas pelo

No quadro da campanha de solidariedade promovida pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP), vão realizar-se em Portugal várias sessões sobre o **Líbano**, com a participação de um representante da União da Juventude Democrática do Líbano, que se desloca ao

nosso país a convite da JCP.

Essas sessões de solidariedade têm o seguinte le

- **Amanhã**, no A... pamento do F...
- **Domingo**, no A... pamento da C...

Caparica;

Camaradas falecidos

Aníbal Garcia

Faleceu recentemente o camarada Aníbal Vieira Garcia, de 56 anos de idade, natural de Santa Justa — Couço. Membro do Partido desde 1974, operário agrícola, o camarada trabalhava na fusão das UCPs de Santa Justa.

Maria Alves

No passado dia 4 faleceu a camarada Maria Gil Alves. A camarada era militante na célula do Bairro Janeiro, na Amadora e contava 56 anos. Durante os tempos da clandestinidade foi activa colaboradora do Partido.

António Costa

Vítima de doença, faleceu o camarada António Costa. O camarada foi militante destacado nas lutas operárias agrícolas nos anos 60. Actualmente, militava na direcção do Bom Sucesso, em Aveiro.

Expressando o sentir do Partido, o colectivo do Avante! apresenta as mais sentidas condolências às famílias das camaradas falecidas.

esmoriz, Carregueira, Casebres

Populares com milhares de pessoas

ativas localidades, nomeadamente a juventude. Mas por ali passam também muitos turistas (nacionais e estrangeiros). E muitos compatriotas nossos que trabalham no estrangeiro e que agora passam as suas férias em Portugal.

Estas festas do PCP resultam, como já referimos, do esforço, da capacidade e da imaginação das organizações. Foi assim que no passado fim-de-semana pudemos assistir a um belo espectáculo de música popular portuguesa com Carlos Mendes, Pedro Osório, Carlos do Carmo, Nuno Gomes dos Santos, Helena Isabel e outros na **Festa de Agosto** (Portimão); a um diversificado conjunto de manifestações desportivas na **Festa da Terra e do Mar** (Sines); a uma bela sessão de Canto Livre na **Festa de Verão** (Esmoriz); a um espectáculo de folclore inesquecível na **Festa Popular da Carregueira**; ou ainda, por exemplo, a divertidos momentos de revista à portuguesa com José Viana e Dora Leal na **Festa da Alegria** (Casebres).

Mas voltando ainda à **Festa de Portimão**, é de

salientar a venda de produtos da Reforma Agrária (UCP's do Baixo Alentejo), a presença da doçaria regional, a actuação do Fado de Abril, a música para dançar com os «Pop 71», as exposições, a presença do livro e do disco, etc.

Na **Festa de Sines** houve de tudo um pouco: o «rock» com os UHF, espectáculos infantis, apresentações de filmes, mostra de artesanato regional, exposições, jogos tradicionais populares, fado amador, colóquios sobre poluição, revisão constitucional e questões económicas, etc.

Na **Festa de Esmoriz** (distrito de Aveiro), houve muita gente a dançar ao som dos «Conchas da Costa Verde» e a aplaudir o Rancho Infantil «As Morgadinhas de Paramos» e o Rancho «Violetas de Gandufe».

Na **Carregueira** (Chamusca), a **II Festa Popular** foi uma grandiosa jornada de convívio, onde estiveram presentes milhares de pessoas que tiveram oportunidade de assistir às actuações do Rancho Infantil da Carregueira, da Banda Vitória e do grupo

folclórico «Os Camponeses da Carregueira», não esquecendo a grande noite de fado e as actividades desportivas.

A promoção destas e de outras iniciativas, além da forte componente cultural, recreativa e de convívio, assumem igualmente, com a presença de dirigentes do Partido, o papel de esclarecedores debates sobre a actualidade política, sobre as tarefas que cabem neste momento aos democratas, aos trabalhadores para a defesa do Portugal de Abril.

Foi o que sucedeu, por exemplo, nos grandes comícios da Festa da Terra e do Mar, em Sines e da Festa de Agosto, em Portimão, respectivamente com **Octávio Pato** e **Carlos Costa**, membros do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central (a que nos referimos noutros locais desta edição do «Avante!»); da Festa de Verão, em Esmoriz, com **Jaime Serra**, membro da Comissão Política do CC, e da Festa Popular da Carregueira, com **Ruben de Carvalho**, do CC e chefe de Redacção do «Avante!».

Hoje, às 19 horas no Largo de Camões Comício em Lisboa com Jorge Araújo

“Para análise da situação política e das perspectivas de defesa do regime democrático”, as organizações do PCP da cidade de Lisboa promovem **hoje, às 19 horas, no Largo Camões**, ao Chiado, um comício em que intervirá o camarada **Jorge Araújo**, membro do Secretariado do Comité Central do Partido.

Em nota divulgada pela SIP da DORL aos órgãos de Comunicação Social, a propósito deste comício, as organizações do PCP salientam:

“Estamos em vésperas de ver consumada de costas viradas para as aspirações do Povo e as necessidades do País, por uma Assembleia da República que já não representa a vontade popular, uma tentativa de adulteração da Constituição que consagrou a nova realidade de Abril e as suas conquistas.

“A AD e o PS tentam abrir caminho para a inversão do processo democrático. Daqui se justifica a sua sanha contra o órgão de soberania que representa a intervenção libertadora dos militares portugueses, daqui a sua preocupação em anular as garantias constitucionais e os poderes dos órgãos que garantem a

defesa da nossa jovem democracia. Por tal revisão, apenas se manifestam a sua clientela e os antigos e novos exploradores, os servidores dos monopólios e do imperialismo.”

E mais adiante: “O governo AD/Balsemão-/Freitas proclama descaradamente os seus objectivos com esta revisão, anuncia projectos de restauração do poder do grande capital, de reforço da exploração dos trabalhadores e de violação dos seus direitos, as suas recentes 26 medidas, mostram que as ameaças não são vãs e o seu anúncio triunfal oculta mal a pressa e o temor.

“Pressa em desmantelar as garantias jurídicas do funcionamento democrático das instituições e do regime”, pressa em anular o poder dos órgãos perante os quais tem constitucional-

mente de responder. A AD e o seu governo têm pressa em se apropriarem das Forças Armadas. Têm pressa em concentrar em si poderes e os retirar a quem o Povo os concedeu. Tem pressa em utilizar ainda mais a já muito manipulada comunicação social estatizada. A AD já não esconde a sua cara. Os incidentes do 1.º de Maio do Porto, o caso do Ho-

tução de Abril, foi imposta pela AD porque contou com a cumplicidade do PS/Mário Soares”, as organizações do PCP da cidade de Lisboa sublinham:

“Ninguém poderá esquecer, por maiores que sejam as manifestações de arrependimento, que esteve nas mãos do PS poupar a democracia a semelhante prova. Ninguém poderá esque-

cer e prevenções que fez e que o dia-a-dia vem comprovando. O PCP alertou e alerta para os perigos que correm a democracia e o regime.”

A terminar, aqueles organismos do Partido dirigem um **apelo a todos os democratas, as instituições democráticas para que assumam as suas responsabilidades e cumpram os compromissos assumidos perante os seus eleitores, perante o Povo português.**

“O PCP e com ele o Povo de Portugal de Abril, exige que se vençam as hesitações e sem demora se acionem os mecanismos legais e constitucionais que permitam prosseguir Abril.

“É possível, necessário e urgente demitir este governo, dissolver a Assembleia da República, formar um governo de gestão, e convocar novas eleições para barrar o caminho ao desastre nacional provocado pela política da AD e afastar de vez os perigos que pairam sobre a nossa democracia”, conclui a nota.

● “O governo AD/Balsemão/Freitas tem medo. Tem medo da consulta popular, não quer perder o poder – sua única razão de força”.

tel “Baía”, o caso Anop, entre outros, são bem elucidativos de que a AD não hesitará em utilizar a força para conseguir os seus objectivos antidemocráticos.

“O governo AD/Balsemão-/Freitas tem medo. Tem medo da consulta popular, não quer perder o poder – a sua única razão de força.”

Depois de referirem que “a revisão inconstitucional da Consti-

cer que, quando se decidem questões decisivas para o futuro da democracia, o PS/Mário Soares, uma vez mais esteve com a AD, contra os militares de Abril, contra o movimento operário, contra amplos sectores democráticos, incluindo socialistas, contra as aspirações e a vontade popular.

“Uma vez mais se comprova que o PCP teve razão, nas análises

Saudação do PCP ao XXI Congresso do Partido Progressista Popular da Guiana

Por ocasião do 21.º Congresso do Partido Progressista Popular da Guiana, o Comité Central do PCP – que foi representado no congresso pelo camarada Aurélio Santos, do CC – enviou ao partido irmão da Guiana a seguinte saudação:

Queridos Camaradas
O Comité Central do Partido Comunista Português saudá fraternalmente o Comité Central do Partido Progressista Popular da Guiana e todos os seus militantes por ocasião do seu 21.º Congresso.

O PPP da Guiana desempenha um papel fundamental na luta dos trabalhadores e das massas populares em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo da Guiana.

Expressamo-vos a solidariedade dos comunistas portugueses na vossa luta pela salvaguarda das conquistas progressistas alcançadas pelo povo da Guiana em defesa dos interesses vitais da classe operária, contra o desemprego e a inflação, pelo respeito dos direitos civis e políticos, em defesa da independência nacional, pela paz, pelo socialismo.

Em Portugal vivem-se momentos decisivos para o regime democrático, saído da revolução libertadora do 25 de Abril de 1974. As forças reacçãoárias que estão actualmente no governo e dispõem da maioria na Assembleia da República, utilizam o poder para realizar uma brutal ofensiva visando destruir as conquistas revolucionárias alcançadas pelo nosso povo após o derrube da ditadura, reconstruir os grupos monopolistas e os latifúndios, instaurar uma nova ditadura.

Esta política tem-se traduzido num brutal agravamento das condições de vida dos trabalhadores, numa profunda crise eco-

nómica e financeira, em gravíssimos atentados às liberdades democráticas, numa política externa de completa subserviência ante o imperialismo norte-americano e a NATO.

Neste momento os partidos reacçãoários, com a vergonhosa colaboração do Partido Socialista/Mário Soares, procedem a uma revisão inconstitucional da Constituição através da qual procuram reduzir a nada os poderes do Presidente da República e controlar e submeter as Forças Armadas aos seus objectivos de destruição do regime democrático.

Contra esta política desenvolve-se por todo o País um poderoso movimento operário e popular de massas, no qual o PCP desempenha um papel determinante. Momentos altos desta movimentação foram as duas greves gerais, respectivamente em 12 de Fevereiro e 11 de Maio, as primeiras que se realizaram no nosso País desde há quase 50 anos, assim como as comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio e a recente grande manifestação de 15 de Julho frente à Assembleia da República.

Para sair da actual situação e defender o regime democrático, o PCP considera urgentes e indispensáveis quatro medidas: demissão do Governo, dissolução da Assembleia da República, formação de um governo democrático de gestão, e eleições antecipadas. Tais medidas são constitucionais e encontram um apoio cada vez mais largo entre os democratas e o Povo português.



No decurso do XXI Congresso do Partido Progressista Popular da Guiana, o camarada Aurélio Santos, do CC do PCP, em representação do Partido Comunista Português, oferece um exemplar do livro «60 Anos de Luta»

Queridos Camaradas,

O vosso Congresso realiza-se num momento em que a política de guerra e agressão conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reacçãoários da NATO faz pesar graves perigos sobre a paz mundial, põe em risco a liberdade e independência dos povos de numerosos países e regiões do mundo.

Esta política não resulta entretanto do fortalecimento das posições do imperialismo, antes visa sustentar o avanço impetuoso do processo revolucionário, responder à profunda crise em que se debate o sistema capitalista,

alcançar a supremacia militar estratégica sobre a URSS e o campo socialista, inverter a correlação de forças que é hoje favorável às forças do socialismo, do progresso social e da paz.

A situação na América Latina e nas Caraíbas mostra bem, por um lado como cresce e obtém êxitos históricos a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação; por outro lado o carácter espoliador e agressivo do imperialismo norte-americano.

O PCP expressa a sua solidariedade para com os povos de Cuba Socialista, Nicarágua revolucionária, Grenada, El Salvador e demais povos que nesta região do mundo enfrentam corajosamente o imperialismo e cruéis ditaduras. No Médio Oriente a criminosa agressão sionista no Líbano constitui a expressão particularmente brutal de estratégia e agressão e de guerra do imperialismo que firmemente condenamos, manifestando a nossa activa solidariedade para com o povo libanês e o Movimento Nacional Libanês, para com o povo palestino e a OLP.

O PCP considera que para fazer frente e derrotar a ofensiva militarista agressiva do imperialismo, é de importância funda-

mental o fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional, assim como da amizade e solidariedade recíprocas de grandes forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional de países progressistas.

Queridos Camaradas,

Reafirmando os nossos votos dos melhores sucessos aos trabalhos do XXI Congresso do Partido Progressista Popular da Guiana, expressamos a nossa vontade de continuar a agir para um fortalecimento das relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o XXI Congresso do Partido Progressista Popular da Guiana!

Viva a amizade entre o PCP e o PPPG!

Viva o internacionalismo proletário!

Pavilhão do PCP na Festas do Barreiro

A semelhança do que vem acontecendo noutras festas, feiras e romarias populares em vários pontos do país, o PCP estará representado nas tradicionais Festas do Barreiro, iniciativa patrocinada pela respectiva Câmara Mu-

nicipal, com início já no próximo sábado, dia 14.

Aí funcionará um pavilhão da responsabilidade da Comissão de Freguesia do PCP. Os fundos obtidos serão canalizados para a Comissão Pró-Centro de Trabalho, cuja campanha continua com en-

Escoural

• Festa da Liberdade

Na freguesia alentejana do **Escoural** o próximo fim-de-semana vai ser marcado pela realização da Festa da Liberdade, uma iniciativa de características bem populares organizada pelos militantes comunistas.

A imaginação e o empenho uniram-se na preparação da Festa, resultando um programa vivo e atraente onde até nem falta uma vacada a sério...

Sábado – 16.00, torneio de malha; 19.00, actuação do Rancho de Casa Branca; 21.00, baile abrilhantado por Manuel J. Marques dos Santos e Maria Celeste M. dos Santos.

Domingo – 7.00, alvorada com foguetes; 9.00, esta-feta entre Casa Branca e Es-

coural (iniciativa aberta à participação de todas as associações desportivas do concelho de Montemor-o-Novo); 11.00, jogo do galo; 12.00, entrega dos prémios aos participantes da prova de atletismo; 13.00, almoço-convívio; 15.00, canto livre com artistas regionais; 16.00, grandiosa vacada (a comissão organizadora da Festa não se responsabiliza por qualquer acidente ocorrido durante a vacada); 19.00, grande comício com a participação de Jerónimo de Sousa, deputado e membro do Comité Central do PCP; 20.00, actuação dos Pioneiros de Vendas Novas e do Rancho Infantil de Montemor-o-Novo; 22.00, baile popular abrilhantado pelo acordeonista e organista Custódio Espadinha.

Mina de S. Domingos

• Festas de Verão

Por iniciativa da Comissão de Freguesia da Corte do Pinto e da Comissão Concelhia de Mértola do PCP, vão realizar-se a partir de amanhã na Mina de S. Domingos as tradicionais Festas de Verão.

“Muitas surpresas”, anuncia a organização, que garante um bom serviço de bar e restaurante. Mas vejamos o programa:

Amanhã, sexta-feira – 21.30, abertura com salva de foguetes e saudação da comissão organizadora; 22.00, baile popular.

Sábado – 7.00, alvorada com morteiros; 9.00, atletismo (prova com dois escalões: até aos 15 anos e dos 16 aos 90); 11.00, gincana de bicicletas para crianças; 16.00, campeonatos de xito e futebol; 20.00, cantares alentejanos; 22.00, baile.

Domingo – 9.00, operação-limpeza (recolha de lixo na Tapada), futebol; 11.30, natação; 15.30, final do torneio de futebol; 18.00, actuações dos coros da Mina e da Brigada “Semente à Terra”; intervenção política (na mata da Tapada); 22.00, baile.

Avis

• Festa das Colheitas

A tradicional Festa das Colheitas, na vila alentejana de Avis, realiza-se este ano no fim-de-semana de 28 e 29 deste mês.

Trata-se de uma iniciativa conjunta da Comissão Concelhia e de Freguesia de Avis do PCP.

Melides

A 21 e 22 deste mês, Melides vai estar em festa. Trata-se duma iniciativa da Comissão Local do Partido, cujo programa integra um variado conjunto de actividades culturais e recreativas.

A festa decorrerá no largo da feira e, estamos certos, proporcionará bons momentos de convívio para a população local e também para os que nesta altura ali passam as suas férias.

Amadora

Festa da Unidade a 4 e 5 de Setembro

Na Amadora, a tradicional Festa da Unidade realiza-se este ano no fim-de-semana de 4 e 5 de Setembro, nos terrenos do polidesportivo da Falagueira.

Do vasto programa (ainda em preparação), destacam-se os espectáculos (canto livre, música variada, fado de Abril, etc.), os bailes populares, as actividades recreativas e culturais, as exposições (sobre autarquias, movimento operário e popular, PCP) e o comício.

Os tradicionais “comes-e-bebes” não faltarão!

Lamego

Comício-festa com 1500 pessoas

Com a participação de cerca de 1500 pessoas, decorreu recentemente em **Lamego** (distrito de Viseu) um comício-festa organizado pelo Partido.

Sobre a situação política, focando nomeadamente a aliança do PS/Mário Soares com a AD a propósito da revisão constitucional, falou o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, cuja intervenção seria atentamente seguida pela numerosa assistência.

A parte artística da iniciativa, que se efectuou ao ar livre, na Avenida, foi preenchida pela actuação de Carlos do Carmo.

Vialonga

Começam hoje, prolongando-se até segunda-feira, as tradicionais Festas Populares de Vialonga.

Como em anos anteriores, o Partido vai estar presente, desta vez, com um restaurante com belos petiscos e um pavilhão político. Haverá uma exposição dedicada à APU e às próximas eleições autárquicas.

Idade da P

Dia 16, no Acampamento de Vilar de Mourões;
Dia 17, em Lagos.
As sessões têm início às 21 e 30.

Comissão Distrital de Portalegre

Henário sobre questões autárquicas

• Reunião de activistas a 18 de Setembro

Reunida em plenário no passado dia 7, a Comissão Distrital de Portalegre do PCP deteve-se na análise de questões relacionadas com a vida autárquica, tendo em conta particularmente a realização das eleições para os órgãos autárquicos ainda este ano. No decorrer da reunião foi sa-
da a importância das mais de 60 reuniões e plenários (com cerca de 2500 participantes) que já realizaram como contributo para a discussão e elaboração das “Povo Unido” candidatas
diversos órgãos autárquicos do distrito de Portalegre.
As presentes sublinharam a política de unidade e cooperação

democrática da APU, destacando, a propósito, o valor da presença de democratas de várias correntes nas listas “Povo Unido”, incluindo militantes socialistas.

Por outro lado, foi denunciada a escalada de alianças da direcção do PS com a direita. Como se apontou na reunião, a unidade firme dos democratas, designadamente de comunistas e socialistas, retiraria desde logo qualquer Câmara à “AD” no distrito de Portalegre.

Foi marcado para **18 de Setembro** um plenário de activistas ligados às questões autárquicas, para análise do trabalho de-

envolvido e de tarefas integradas na pré-campanha e campanha da APU.

Tendo em conta as despesas

Assembleia em Degolados (C. Maior)

A análise da actividade realizada e a definição do trabalho futuro constituíram temas de vivo debate na I Assembleia da Organização da Freguesia de Degolados, no concelho de Campo Maior.

Além de delegados e convidados, estiveram presentes os camaradas Dinis Miranda, da Comissão Política do Comité Central, e Pinheiro, da Comissão Distrital de Portalegre.

com a campanha, foi decidida a realização de uma jornada de recolha de fundos com a meta de mil contos.

Poder local

Nota da DORM do PCP sobre acontecimentos de Vizela

A Direcção da Organização Regional do Minho do PCP difundiu na passada terça-feira uma nota sobre os recentes acontecimentos de Vizela, que a seguir publicamos na íntegra:

1. Na passada semana decorreram em Vizela graves acontecimentos, designadamente confrontações provocadas pelo cerco e ocupação da vila, por forças da GNR, de que resultou terem sido feridas várias pessoas da população local.

Tais acontecimentos evidenciam que o Gover-

no-AD» e a sua maioria recorrem, com frequência crescente e preocupante, a processos repressivos fascizantes, procurando por esse meio fazer face a problemas pelos quais são os únicos responsáveis e que não conseguem resolver.

2. A DORM do PCP discorda de algumas acções alegadamente realizadas como forma de protesto contra o facto de não se ter resolvido o problema que preocupa as populações de Vizela.

O que importa salientar agora, porém, é que os

constantes adiamentos na Assembleia da República da discussão do diploma legal que visa elevar aquela vila à categoria de sede do concelho são da responsabilidade da maioria parlamentar «AD» e do seu Governo. E que, assim, à «AD» cabem as responsabilidades dos aludidos acontecimentos, porque só a «AD» tem vindo a levantar obstáculos ao desbloqueamento da situação existente.

3. A DORM do PCP não pode deixar de manifestar o mais vivo repúdio pela forma brutal como as

forças da GNR actuaram contra as populações.

De igual modo, reafirma a sua posição, já por várias vezes tornada pública e apresentada na Assembleia da República e que só não foi seguida por a ela se ter oposto a maioria «AD».

De facto, o PCP pensa que a exemplo da actualização seguida noutros casos, deve ser nomeada uma comissão constituída por representantes das populações locais e de outros órgãos interessados, com a incumbência de estudar os vários aspectos ligados

à instalação do concelho de Vizela.

4. As tentativas de carácter tipicamente fascistas ultimamente surgidas que procuram imputar a elementos estranhos à população de Vizela a agitação e as movimentações que aí têm acontecido só podem ter como objectivo abrir caminho à provocação e à repressão sobre as populações de Vizela e confundir a opinião pública sobre as reais razões das aspirações do povo de Vizela.

5. A incapacidade do Governo «AD» e da sua

maioria em resolver o problema de Vizela correspondendo às aspirações da população confirmam mais uma vez aquilo que o PCP sempre tem afirmado, é que com este Governo e com esta Assembleia não só não são resolvidos os problemas dos trabalhadores e das populações mas pelo contrário são cada vez mais agravados.

Braga, 10.8.82

Direcção da Organização Regional do Minho do Partido Comunista Português

APU em Sousel

Constituir as listas em contacto com a população

No passado fim-de-semana, em Sousel, reuniões partidárias na sede do concelho e encontros com habitantes de Cano e Santo Amaro permitiram ultimar preparativos e clarificar orientações, determinar trabalhos e passos concretos do plano a desenvolver com vista às próximas eleições autárquicas, segundo o objectivo fundamental que é **reconduzir à Câmara de Sousel uma maioria APU**.

Na reunião da Comissão Concelhia de Sousel realizada no sábado passado no Centro de Trabalho participou o camarada Luís Sá, da Comissão de Autarquias junto do CC. Ali foi dada uma informação detalhada sobre o andamento do trabalho quanto a listas, alianças, programas — decorrente de contactos unitários

no quadro da APU, de inúmeros encontros com populações e das reuniões do Partido em que já participaram mais de 300 camaradas — sobre a actuação dos eleitos da APU, assim como das outras forças políticas, nos órgãos autárquicos. Essa informação e a discussão que se seguiu permitiu sobretudo preparar a reunião realizada no dia seguinte com dezenas de camaradas, eleitos, activistas da APU e candidatos a propor pelo Partido para as próximas listas.

Nesta reunião, animada por numerosas intervenções e que teve, além de Luís Sá, a participação do camarada Diamantino José Dias, suplente do CC e membro da Direcção Regional do Alentejo, concluiu-se que a preparação do trabalho eleitoral

está a ser feita de forma satisfatória, dando-se relevo ao facto de que algumas das listas estão prontas, integrando comunistas, militantes do MDP/CDE, independentes, militantes do PS que optam pela APU.

O plenário decidiu: 1) contactar nos próximos dias todos os candidatos indigitados ainda não confirmados, e 2) aporantar todas as listas segundo um curto prazo que determinou.

Decidiu ainda começar imediatamente a formar comissões eleitorais do Partido e trabalhar para que, não só na sede do concelho mas em cada freguesia, sejam formadas Comissões Coordenadoras da APU, assim como comissões de apoio às candidaturas — de agricultores, comerciantes, de mulheres, de jovens.

Quem vai decidir das nossas listas são as populações

Como aliás já foi feito no encontro de sábado à noite com a população de Cano, convidada a pronunciar-se sobre alguns dos nomes propostos pela APU para a próxima Assembleia de Freguesia, **submeter à aprovação das populações a escolha que for feita pela APU de cada candidato** será o critério essencial de ultimização das listas para todos os órgãos autárquicos do concelho. Saber do prestígio que cada um tenha grangeado junto de camaradas de trabalho e comunitários não é eleitoralismo ou democratismo baldo — é a garantia de que, uma vez eleito, usará as qualidades que o distin-

guem para servir a sua terra e os seus concidadãos. Por isso, nas palavras do camarada Diamantino, «a APU considerará as suas listas prontas quando estiverem discutidas e aprovadas pela população».

Igualmente em relação aos programas: discutí-los e depois aprová-los com as populações não será apenas ganhar o seu voto — é garantir, após a eleição, uma acção autárquica consequente, e é ter o apoio das populações nas batalhas que vai ser necessário continuar a travar para defender os seus interesses.

Devolver a Câmara ao povo

Numa das suas intervenções, o camarada Luís Sá sublinhou a importância nacional da batalha

que se vai travar em Sousel pela devolução da sua Câmara à gestão democrática da APU.

Sousel, recorda-se, foi a única Câmara perdida pela APU em 79 e foi-o no Alentejo «e nesta terra de Sousel que nada tem a ver com o PPD», no dizer de um outro camarada.

O PSD ganhou-a. Por 156 votos. Que usou nestes três anos, multiplicados em demagogia e obras de fachada, corrupção, gastos abusivos dos dinheiros públicos, desprezo pelas leis e pelos órgãos autárquicos, desprezo pelas populações. Descaradamente.

Em traços largos, é este o retrato do opositor que a APU rem que vencer. Pelo que, sem dificuldade se aceitará que recuperar Sousel é não só justo — mas possível.

Comunicado da APU

Em Gondomar «AD» impõe aumentos com a conviência do PS

É já uma convicção generalizada da população do concelho de Valongo que a gestão camarária «AD/PS» não serve.

A APU, representada na Câmara por um vereador num executivo de sete, tem procurado desde sempre contrariar o marasma da actuação camarária,

propondo soluções e alternativas, encontrando contudo com frequência sérios obstáculos a esse esforço.

Sob proposta da APU, foram aprovadas pela Câmara algumas medidas no âmbito da higiene e limpeza, das quais se destacam:

• Criação de uma comissão municipal com representantes das

juntas de freguesia e dos serviços camarários, que tem vindo já a funcionar coordenada pelo vereador da APU (vereador do pelouro) e apontando algumas medidas e soluções no plano da higiene e limpeza do concelho.

• Aquisição de meios mecânicos com vista à melhoria do parque de máquinas e viaturas da

Câmara, de acordo com um estudo elaborado pelos serviços técnicos.

• Lançamento da venda à população — abaixo do seu custo — de sacos de lixo como forma de incentivar o seu uso.

• Reparação dos recipientes colocados na via pública para a recolha de pequenos lixos e que se

encontram parcialmente destruídos.

• Edição de um folheto a distribuir pela população com o auxílio das colectividades, associações, escolas e outros colectivos do concelho, contendo as principais recomendações a observar para uma correcta atitude dos munícipes face ao problema da higiene e limpeza.

• Realização de um encontro ao nível do concelho, onde possam estar representadas o mais directamente possível as populações, que debaterá e apontará soluções para as questões que se colocam no campo da higiene e limpeza.

• Estudo de uma postura municipal que regulamente de forma correcta os deveres e os direitos dos munícipes e da Câmara, após debate alargado a realizar com a população do concelho.

APU propõe, Câmara aprova, há verbas. PS/AD... sabotam

A concretização destas outras medidas é fundamental para a

melhoria do actual panorama concelhio. Parece contudo, que a Câmara «AD/PS» não está muito interessada em que assim suceda. É assim que começam a surgir obstáculos, nomeadamente quanto à aquisição de meios mecânicos. Por incrível que pareça, apesar de estarem orçamentadas verbas para esse fim, apesar do estudo elaborado pelos serviços técnicos concluir pela necessidade da aquisição de diverso material, apesar de ser evidente a exiguidade e desgaste do parque de máquinas e viaturas existente, há elementos da Câmara «AD/PS» que objectivamente querem manter o concelho sujo, degradando ainda mais a qualidade de vida dos munícipes e o meio ambiente em que vivem.

É imperioso que a Câmara passe a adoptar critérios justos na utilização dos dinheiros do município (já de si minguados pelo roubo do governo «AD» às autarquias através do OGE) de forma a que as carências mais prementes do concelho sejam resolvidas. A sua população, estamos certos, acabará por o impor.

A Câmara «AD»/PS de Valongo quer o concelho mais sujo!

1. Às semanas, a Câmara de Gondomar decidiu mandar suspender os aumentos da energia eléctrica, que contra a deliberação da Assembleia Municipal, os serviços vinham aplicando desde Abril.

Na sessão pública da Câmara, que teve lugar em 27 de Maio do mês findo o presidente declarou que não fora ainda possível ao concelho de administração dos serviços debruçar-se sobre aquela deliberação.

Não achando a explicação suficiente para desculpar o conselho de administração dos serviços da falta de cumprimento da deliberação camarária, os vereadores da APU propuseram de imediato a demissão do conselho de administração dos serviços.

O PS propôs então que a votação fosse adiada por uma semana a fim de dar tempo ao conselho de administração de tomar conhecimento da deliberação da Câmara e dar-lhe cumprimento.

2. Surpreendentemente, na reunião desta semana a Câmara foi posta perante a informação de que o conselho de administração dos serviços havia desencadeado um processo de contestação da deliberação camarária no tribunal da auditoria administrativa,

pedindo que fosse declarada nula e requerendo a suspensão da sua executividade.

Vários concertários nos merecem estes factos:

a) É evidente que o presidente da Câmara mentiu na sessão pública de 27 de Julho, ao afirmar que o conselho de administração não se debruçara sobre o aumento (quando de facto o apreciara e tomara medidas), o que uma vez mais demonstra que aquele eleito da «AD» não tem estôfo moral e ético à altura do cargo que ocupa.

b) O presidente uma vez mais ocultou deliberadamente à Câmara factos relevantes de um órgão a que preside — o conselho de administração dos SMEA — órgão nomeado pela Câmara, para exercer funções no âmbito da gestão municipal e sobre o qual os órgãos autárquicos municipais têm competência fiscalizadora.

Uma vez mais o presidente «AD» que se mostra incapaz de proceder com um mínimo de lealdade no exercício das suas funções se mostrou como é — individualista, prepotente, antidemocrático.

3. O PS dá o dito por não dito ao tomar conhecimento da acção

interposta pelo agente do ministério público a instância dos elementos da «AD» no conselho de administração dos SMEA, à Câmara de Gondomar compete, no prazo fixado na lei, contestar a acção.

Mas surpreendentemente não foi isso que sucedeu.

Os vereadores do PS, que semanas antes haviam votado a suspensão dos aumentos, deram o dito por não dito e juntamente com os elementos da «AD» revogaram a deliberação da Câmara ou seja: consentiram de novo, como já à meses haviam feito, nos aumentos da electricidade.

4. Seria difícil comentar tanta incoerência, se não fosse claro que ela escondia uma continuada aliança do PS com a «AD», na Câmara de Gondomar como em outras Câmaras do distrito, como no plano nacional.

Repetimos: se é certo que a política da «AD» representa um brutal agravamento das condições de vida do povo, é verdade também que, sem a ajuda do PS, a «AD» não teria condições para levar avante a sua política antipopular.

No processo dos aumentos da água e da luz em Gondomar tem sido uma constante da acção do

Partido Socialista aliar-se à direita reaccionária ao mesmo tempo que procura salvar a face perante o eleitorado.

Certos círculos do PS no concelho têm tentado por vezes insinuar a ideia de que a actuação dos vereadores do PS no processo dos aumentos não teria a aprovação do seu partido.

Ao votarem, hoje, de novo, favoravelmente aos aumentos, os vereadores do PS cumpriram, manifestamente a orientação do partido que representam, depois de haverem conversado com alguns das suas estruturas responsáveis durante um intervalo da reunião, cuja suspensão solicitaram.

5. continuar a luta. Que um dos vereadores do PS após a votação tenha anunciado a sua renúncia ao mandato nada esclarece a não ser que, no atoleiro de convicção com a «AD» em que o PS se vem enterrando se agravaram as suas divisões internas enquanto se agravam as condições de vida do nosso povo.

Gondomar 3.8.82. A Comissão Coordenadora de Gondomar da Aliança Povo Unido

Festa da Paz e da Cultura alertou para os perigos da guerra

Na sexta-feira passada, ao mesmo tempo que no Japão, milhares de pessoas recordavam os ataques e a destruição nuclear de duas cidades cujos nomes ficarão para sempre na memória dos homens — Hiroshima e Nagasaki —, nos Estados Unidos os dirigentes da Casa Branca congratulavam-se, juntamente com o Pentágono, com a explosão, nesse mesmo dia, no deserto do Nevada, de uma outra bomba atómica, várias vezes mais potente que aquelas que há trinta e sete anos assassinaram milhares de homens, mulheres e crianças. Também nesse dia, em Vila Real de Santo António, havia festa. Uma festa especial. A Festa da Paz e da Cultura.

O que se passou em Vila Real de Santo António nos últimos dias da semana passada extravasou largamente os limites da autarquia dirigida pela APU, que, em conjunto com o Conselho Português para a Paz e Cooperação promoveu esta Festa. Para além dos apoios que recebeu de vários municípios portugueses e muito especialmente dos do Algarve, a Festa passou a fronteira e o próprio presidente do município de Ayamonte, Juan Antonio Gonzalez usou da palavra na sessão solene. Por outro lado, uma das mais interessantes iniciativas da Festa, a comunicação de radiomadores, levou à estação CT7-FPC mais de duas centenas de mensagens vindas de todo o

mundo. A voz da paz e da cultura cruzou-se em mensagens de portugueses e estrangeiros. Dos Estados Unidos, do Brasil, da União Soviética chegaram vozes amigas a saudar a iniciativa.

Com um programa vasto que se estendeu por quatro dias e veio a terminar no passado domingo, a Festa da Paz e da Cultura fez participar milhares de pessoas. Teatro, música, cinema, folclore, literatura e poesia, desporto, foram as actividades propostas.

Um debate sobre teatro e outro sobre a paz foram bem acolhidos e participados. E as quatro exposições, repartidas por duas colectividades — o Glória Futebol Clube e os Bombeiros Voluntários

— atraíram também muito público. Iniciativas de carácter marcadamente político, estas exposições falavam da paz; e do reverso desta grande aspiração, a guerra. «Obra de Picasso pela Paz», «6 de Agosto, dia de Hiroshima» eram os títulos das duas primeiras exposições, sendo as outras dedicadas, uma à luta contra o «apartheid» e a outra sobre os massacres no Líbano.

Na noite de quinta-feira, o debate sobre a paz, orientado por Dieter Dittiger e por Carlos Silva, levou à sala das sessões muito público. Durante a sessão foi manifestada a preocupação pela anunciada instalação em Portugal de bombardeiros nucleares americanos, plano imperialista que visa transformar a Europa num possível campo de batalha atómica.

Na sessão solene realizada no Glória Futebol Clube, usaram da palavra o presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Alfredo Graça, o presidente da municipalidade vizinha de Ayamonte, Juan Antonio Gonzalez e, ainda, Silas Cerqueira, da presidência do CPCC. Igrejas Caeiro leu a Mensagem

da Paz, escrita por José Saramago. Encerraram a sessão a Coral Polifónica e a Rondalla Amanecer, de Ayamonte.

Se o público era muito, os participantes também eram em grande número. A organização recebeu — alojou, transportou e apoiou — mais de duas centenas de artistas e técnicos portugueses e estrangeiros. Da URSS, da Hungria, de Espanha e da Guiné Bissau chegaram artistas que actuaram na Festa. A soviética Alexandra Streichenko, o húngaro Tams Berký, o guineense Nkassa Cobra e o baile de flamengo Manolo Castro deslocaram-se ao município algarvio para aí actuarem.

Carlos do Carmo, Carlos Mendes, Sérgio Godinho e o grupo Trovante também lá estiveram. Maria do Céu Guerra, Joaquim Pessoa e Igrejas Caeiro participaram em recita de poesias. E o Grupo de Teatro António Aleixo, ligado ao Glória Futebol Clube apresentou uma peça de Teresa Rita.

Por outro lado, o Conselho Desportivo Municipal organizou um programa desportivo que se estendeu pelos quatro dias.

Eleições em Astromil mais um golpe na «AD»

Nas eleições intercalares para a Assembleia de Freguesia realizadas no passado domingo em Astromil-Paredes, a APU obteve 79 votos e 3 mandatos, o correspondente a um aumento de votação da ordem dos 50%, em relação a 79, e a mais um mandato.

A Comissão Coordenadora de Paredes da APU, que numa nota tornada pública adida a Comissão de Freguesia e demais democratas de Astromil pelos resultados obtidos, assinala a quebra acentuada da votação nos partidos da «AD», que através das listas do CDS perdeu 80% da votação e um mandato, ficando-se agora pelos 122 votos (contra os 214 obtidos pelo PSD+CDS em 1979) e 6 mandatos.

Festa da APU em Castelo Branco

• Espectáculo com Carlos do Carmo

No quadro da preparação das próximas eleições autárquicas, também no distrito de Castelo Branco se preparam diversas iniciativas, quer de trabalho interno para elaboração de listas e difusão de objectivos de campanha, como de contacto directo com as populações.

É neste quadro que, na próxima segunda-feira, a APU organiza, no Parque da cidade, em Castelo Branco, um espectáculo que

A APU de Paredes lembra, a propósito, o quadro de demagogia e ilegalidades em que decorreram as eleições: «A Câmara de Paredes nomeara para a Junta uma Comissão Administrativa CDS, força absolutamente minoritária na freguesia, e só a partir daí resolveu dar início a um conjunto de obras que durante 3 anos tinha negado à freguesia». O CDS bem ameaçou que as obras só prosseguiriam se lhe fosse dada uma votação massiva. No entanto, conclui a Concelhia da APU, «a «AD» no seu conjunto sofreu uma importante derrota: muitos eleitores que anteriormente votaram nos partidos da direita recusaram agora claramente apoiar tais métodos antidemocráticos».

Trabalhadores

Petrogal Lucros prejuízos gestão e política governamental

Em relação ao ano de 1981, a Petrogal acusa um prejuízo na ordem dos 1,5 milhões de contos. Ludibriando a opinião pública, escondendo as verdadeiras questões, o Governo «AD» teria aqui neste facto um óptimo exemplo para confirmar e argumentar a sua operação de tentativa de desmembramento das empresas nacionalizadas.

Só que o problema existe na dimensão contrária. O prejuízo da Petrogal é um reflexo directo da política antinacional dos governos de direita. Em documento recentemente divulgado, a Comissão Central de Trabalhadores da grande empresa explica e clarifica:

«Após um ciclo de vários anos com exercícios francamente positivos, a Petrogal acusou em 1981 um prejuízo de 1,5 milhões de contos». Que condicionalismos estiveram na origem deste resultado negativo. Os trabalhadores salientam:

• **Insuficiência de capitais próprios** (os sucessivos governos de direita não foram ditando a empresa com os fundos necessários aos investimentos que ia realizando — a um investimento da ordem dos 40 milhões de contos, correspondeu um aumento de capital estatutário de pouco mais de 3 milhões de contos);

• **Estruturas de preços (oficiais) inadequadas**, que impossibilitam a cobertura de determinados custos obrigatórios;

• **Enormes dívidas do Fundo de Abastecimento** (mais de 20 milhões de contos) e **de algumas empresas públicas**, nas quais também não foram adoptadas as necessárias medidas de saneamento financeiro;

• **A Petrogal vê-se assim obrigada a recorrer sistematicamente a empréstimos bancários, que originam encargos financeiros fabulosos (em 1981 quase 20 milhões de contos só para juros!). Trata-se ao fim e ao cabo de lucros que a empresa trasfere para outras entidades**, como sublinha a Comissão Central de Trabalhadores.

Em conclusão: «não existindo os problemas referidos e que nada têm a ver com a estrutura ou com a actividade produtiva da empresa — a Petrogal apresentaria resultados amplamente positivos».

Salienta, a propósito, a CCT da Petrogal: «É, pois, manifesto que o ministro Freitas do Amaral e a imprensa das classes dominantes mentem e sabem que mentem».

Aquela CCT apela ainda aos trabalhadores do sector público para que se mantenham vigilantes e que, com a sua luta e a sua unidade, não permitam que os grandes capitalistas venham a ser generosamente presenteados à custa da integridade do sector nacionalizado, à custa das condições de vida dos seus trabalhadores e à custa da estabilidade de emprego dos portugueses.

«Um quilo de carne de vaca custa hoje mais do que o salário diário da maioria dos trabalhadores» — lembra a CGTP-IN

«Depois do sr. ministro Basílio Horta ter assegurado publicamente que os preços dos bens essenciais não aumentariam, acaba de se registar nova subida no preço da carne ao consumidor — um quilo de carne de vaca custa hoje mais do que o salário diário da esmagadora maioria dos trabalhadores. Estranho comportamento este, o do Governo «AD». Num dia promete uma coisa, no dia seguinte decide o contrário» — as palavras são da CGTP-Intersindical Nacional e constam dum comunicado divulgado no fim da passada semana, a propósito dos novos preços decididos pelo Governo «AD» e que vieram tornar ainda mais difícil a vida dos trabalhadores e suas famílias.

A Central unitária reafirma a necessidade da demissão do Governo de Pinto Balsemão e Freitas do Amaral e o afastamento da «AD» da área do poder, condições fundamentais para evitar maiores prejuízos ao país e consequentemente para possibilitar o combate à crise económica.

A CGTP recorda, a propósito, que «os salários reais baixam a olhos vistos», que «o Governo insiste no imposto sobre os subsídios de refeição», que «as pensões se degradam», que «a taxa de inflação ultrapassa os 25 por cento ao ano (a mais alta dos países da OCDE, exceptuando a Turquia)».

«E o Governo», sublinha a Inter, «vai decidir ainda mais aumentos justificados pela recente desvalorização do escudo».

Enfim, realidades que desmentem «as palavras optimistas» do Primeiro-Ministro e que confirmam publicamente algo que desde há muito tem sido denunciado pelos trabalhadores: «a mentira generalizada é, afinal, a característica deste corrupto Governo «AD», como referia há dias a União dos Sindicatos de Lisboa (USL)».

Trabalhadores

Virar a opinião pública contra as empresas nacionalizadas — aposta forte do Governo

O cidadão comum que acompanha a vida do país não precisa estar muito atento para se aperceber dum aspecto central da política deste Governo: a insistência na tentativa de virar a opinião pública contra as empresas nacionalizadas. Facilmente se conclui este objectivo, e o processo que está a ser utilizado também se compreende rapidamente: 1.º, através da Comunicação Social, diz-se que as empresas públicas só prejudicam o país, que o Estado desvia milhares de contos para essas empresas, que os lucros não existem, que os trabalhadores não trabalham, etc, etc; 2.º, uma vez lançada a operação de envenenamento da opinião pública, surgem os grandes planos para desmembramento das empresas

em forma de ameaça (caso da EDP — ver artigo nesta edição do "Avante!"), tendo sempre em perspectiva a cédencia ao capital privado. Mas a verdade fica sempre nas gavetas dos políticos da 'AD'. Freitas do Amaral diz que "as empresas nacionalizadas que estejam a dar prejuízo ao Povo português devem ser encerradas". Mas fala da gestão de muitos dos administradores? Fala dos obstáculos que no dia-a-dia são levantados a essas empresas no plano da produção, do escoamento, do acesso ao crédito, etc? Fala da ofensiva sistemática da política 'AD' contra o desenvolvimento dessas empresas? Fala do boicote de que essas empresas são alvo? É evidente que estas verdades não interes-

sam a Freitas do Amaral e ao Governo 'AD'. Estas verdades têm que se esconder lá no fundo das gavetas, enquanto a operação política para a destruição das empresas continua. Uma operação que vai esbarrando com a denúncia firme das forças democráticas e das organizações representativas dos trabalhadores (como fizeram, por exemplo, os trabalhadores dos transportes, da Quimigal e da Petrogal).

Depois, é uma questão de acesso aos meios que informam o público. E aí, a 'AD' tem trunfos muito fortes, visto que controla e manipula a Comunicação Social estatizada como muito bem entende.

Até quando?

Hotelaria decide em Faro nova greve

Por unanimidade, os corpos gerentes do Sindicato de Hotelaria e Similares do Distrito de Faro, delegados sindicais e elementos de Comissões de Trabalhadores do Sector, aprovaram na passada terça-feira uma moção na qual repudiam «mais uma vez a irresponsabilidade demonstrada pela associação patronal, que não hesita em colocar acima dos interesses do turismo, outros que são obscuros e duvidosos».

Os dirigentes e delegados reunidos em Faro, após considerarem que o patronato

não deu qualquer resposta às reivindicações dos trabalhadores da Hotelaria do Algarve, recusando sentar-se à mesa das negociações, decidiram que, «caso a associação patronal não modifique a sua posição, os trabalhadores da Hotelaria do Algarve, realizarão uma nova greve nos próximos dias 26, 27 e 28 de Agosto».

A reunião considerou ainda que a recusa do patronato em negociar «visa apenas ganhar tempo de forma a arrastar as negociações para a épo-

ca baixa, com todos os inconvenientes daí resultantes para os trabalhadores».

A moção aprovada unanimemente exorta «os trabalhadores da Hotelaria do Algarve à Mobilização de unidade em torno do Sindicato, de forma a saírem vitoriosos» e decide «desenvolver desde já todos os esforços no sentido de organizar piquetes de greve em todas as empresas e locais de trabalho, com o objectivo de levar a maioria esmagadora dos trabalhadores do Sector a participar nesta nova luta».

Comunicação Social e CTT • Unidade e determinação

A determinação e a unidade são notas de destaque nas actuais fases de luta dos trabalhadores da Comunicação Social e dos CTT.

No primeiro caso, a luta assumiu expressão de solidariedade para com os trabalhadores da ANOP, não tendo saído a maioria dos vespertinos na terça-feira e dos matutinos de ontem.

Esta greve na Comunicação Social foi apoiada por 15 associações do sector, que exigem a revogação da decisão do Gover-

no «AD» de extinguir a ANOP, a liberdade de informação, a defesa do sector público da Comunicação Social e dos postos de trabalho e a demissão do secretário de Estado José Alfaia.

Em relação aos CTT (30 mil trabalhadores em todo o país), a situação pode caminhar para a greve, já no início da próxima semana, caso a administração da empresa insista na recusa à negociação objectiva do novo acordo colectivo de trabalho, impasse

que se mantinha na altura em que fechamos esta edição.

A opção final sobre o «esque-ma» das paralisações (cinco dias de greve seguidos ou intercalados) é em princípio, hoje decidida, em votação a realizar nos locais de trabalho.

Os trabalhadores reivindicam um aumento de 27 por cento nos salários e melhoramento de outras regalias, nomeadamente do subsídio de refeição e de subsídios de infantário e ama (estes não são revistos há cinco anos).

Em defesa da EDP

Os desejos do Governo «AD» de destruição das empresas nacionalizadas tem também na mira a EDP, Electricidade de Portugal, empresa pública intimamente relacionada com o desenvolvimento económico e social do país. A operação destruidora do executivo Balsemão no caso da EDP (e em tantos outros casos) assume abertamente os objectivos políticos da coligação «AD» não só contra os trabalhadores, contra uma empresa pública, mas também contra o interesse nacional e o desenvolvimento.

Reunidos recentemente em plenário, os trabalhadores da EDP salientaram que com a resolução governamental n.º 112/82 pretende-se criar as condições necessárias para dar de mão beijada o subsector de distribuição da EDP ao capital privado, tendo, pois, como consequência directa, o levantamento de barreiras e contradições à electrificação do país e à coordenação de contratos-programa com as indústrias metalomecânica e do sector eléctrico.

Na moção aprovada no referido plenário, os trabalhadores da EDP aprovaram uma moção em que são mandatadas as suas estruturas representativas «para desenvolverem as acções sindicais necessárias e decretarem as formas de luta convenientes, até as últimas consequências, caso o Governo mantenha a intenção de desmembrar a EDP».

Metalurgia • Reunião amanhã em Lisboa

Realiza-se amanhã em Lisboa uma reunião plenária da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas, para análise da situação criada no sector, no actual processo da revisão do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical (CCTV).

Esta reunião tem lugar numa altura em que os representantes dos trabalhadores e do patronato já se reuniram no Ministério do Trabalho. Se necessário, poderão ser tomadas medidas firmes da classe.

Vitória nas Tintas da Torre

Após cinco dias de greve (três em fins de Julho e dois agora em Agosto), os trabalhadores da Fábrica de Tintas da Torre garantiram a satisfação de aspectos importantes das suas justas reivindicações: o pagamento de salários, subsídios e retroactivos em atraso e o reconhecimento, por parte da administração, dos representantes dos trabalhadores e dos delegados sindicais.

Os administradores, segundo o acordo estabelecido nas negociações realizadas no Ministério do Trabalho, comprometeram-se a pagar os salários de Julho durante este mês.

Também ficou acordado o pagamento dos subsídios de férias e de Natal e dos retroactivos em atraso desde Outubro do ano passado.

Federação dos Têxteis • Delegação visitou a Hungria

Uma delegação da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couro e Peles de Portugal deslocou-se recentemente à Hungria, onde teve oportunidade de visitar empresas do sector. A deslocação a este país socialista realizou-se a convite da Federação congénere húngara.

Segundo informações públicas da Federação, os sindicalistas portugueses visitaram empresas dos subsectores de malhas, vestuário, calçado e couros artificiais. Nestas visitas os sindicalistas portugueses puderam constatar a preocupação com a higiene e a segurança no trabalho, o desenvolvimento tecnológico ao serviço do homem, da sociedade e da economia e também as condições e apoios dos trabalhadores húngaros.

Nas reuniões efectuadas entre as duas Federações foi realizada uma ampla troca de impressões sobre questões laborais e a vida dos trabalhadores em Portugal e na Hungria. No capítulo das relações de amizade solidária entre as Federações, salientou-se o convite dirigido aos sindicalistas húngaros para uma visita ao nosso país numa futura oportunidade.

Hotel Baía A luta pela legalidade

Decorreu anteontem ao fim da tarde uma concentração de trabalhadores e população do concelho de Cascais, junto ao Hotel Baía, como forma de repúdio pela situação de profunda ilegalidade que se vive naquela unidade hoteleira da vila de Cascais, ilegalidade que conta com a benevolência do secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho e de outros departamentos governamentais, como o Ministério do Trabalho e o Ministério da Administração Interna (este último através da PSP de Cascais).

O Hotel Baía foi assaltado por um grupo de «gorilas» no passado dia 4, às três horas da madrugada, a mando da denominada «comissão de gestão interina», imposta por Nandim de Carvalho, que, ilegalmente, demitiu a comissão eleita pelos trabalhadores, que desde 1975 vinham dirigindo o Hotel, em regime de auto-gestão. Os 23 «gorilas» que ainda se mantêm nas instalações do Hotel, homens profundamente ligados ao mundo do crime, alguns dos quais saíram há pouco tempo das cadeias, agiram com a maior das impunidades e com o aval directo não só da «comissão de gestão interina» (de que fazem parte familiares do antigo patrão), como do secretário de Estado Nandim de Carvalho (PSD), que desde Janeiro a tentava impor aos trabalhadores da unidade hoteleira.

De salientar, entretanto, o comportamento da PSP de Cascais, sob as ordens do ministro Ângelo Correia: a polícia ajudou a expulsar os trabalhadores do interior do Hotel, nada fazendo para identificar e impedir a acção dos «gorilas», conhecidos «guarda-costas» da AD. Na altura do assalto, os trabalhadores foram coagidos a assinar um de dois documentos policopiados: ou o pedido de demissão (rescisão do contrato), ou uma declaração de apoio à «comissão de gestão interina». Os trabalhadores re-

cusaram-se de imediato a tal provocação, mesmo sob as ameaças dos «gorilas» armados.

Posteriormente, quando pretendiam encontrar-se com dirigentes sindicais nas instalações do hotel, para uma reunião sobre a situação criada, os trabalhadores foram selvaticamente agredidos pelos «gorilas», com cadeiras. Quatro trabalhadores tiveram que receber tratamento no Hospital de Cascais, tendo um deles sido operado de emergência. Trata-se de Clemente Alves, dirigente do Sindicato da Hotelaria, que foi operado a uma fratura no rosto.

A PSP compareceu no local já depois de consumadas as agressões, tendo expulsado os trabalhadores, ao mesmo tempo que dava «luz verde» aos marginais contratados pela «comissão interina» para se manterem no interior das instalações e mudaram as fechaduras das portas de acesso.

A ilegalidade que se vive no Hotel Baía foi recentemente caracterizada pela Federação dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo como a



Aspecto da concentração realizada anteontem junto ao Hotel Baía

sindical. A somar ao rol de ilegalidades que enquadram a situação do Hotel Baía, surge o facto da comissão de gestão interina, em conluio com um gerente bancário, ter levantado a quantia de 15 mil contos, depositados pela comissão de gestão legítima. Várias organizações sindicais, os representantes dos trabalhadores do

ro momento, expressa pela população e trabalhadores de Cascais (de que é exemplo a concentração da passada terça-feira), por várias organizações de classe dos trabalhadores, pela Central unitária, pelos militantes socialistas do concelho de Cascais, pelo PCP e por várias forças e personalidades dos sectores democráticos. De salientar também a solidariedade manifestada desde a primeira hora pelos clientes do hotel (belgas, holandeses, ingleses, suecos, espanhóis), que inclusivamente contribuíram voluntariamente com fundos financeiros para os trabalhadores em luta.

Ainda no capítulo da solidariedade, saliente-se a paralisação de 15 minutos efectuada anteontem, nos estabelecimentos hoteleiros, de turismo e similares do concelho de Cascais, como forma de protesto contra a situação do Hotel Baía. Os seus representantes tiveram na terça-feira um contacto na Secretaria de Estado de Turismo, não com o responsável desse departamento Nandim de Carvalho, que optou por uma «visita de cumprimentos» à comissão do patronato do Hotel Baía, tendo-se para o efeito deslocado a

essa hora a Cascais, mas com o chefe de gabinete, Artur Sepúlveda.

As reivindicações que lhe foram apresentadas pelos trabalhadores podem assim resumir-se: retirada dos «gorilas», reconhecimento da legítima comissão de gestão, arquivamento dos processos disciplinares instaurados pela «comissão interina», levantamento das suspensões a trabalhadores, garantia do direito ao trabalho, submissão das decisões dos «interinos» ao colectivo dos trabalhadores da unidade hoteleira. Na passada segunda-feira, foi apresentada queixa, pela Comissão de Trabalhadores do Baía e pelos sindicatos do sector, contra a comissão interina, para que se faça justiça e se apontem os responsáveis pela violência e pelas ilegalidades cometidas.

Entre os trabalhadores, mantêm-se com firmeza um estado de espírito de unidade de luta e de repúdio pela tentativa de destruição daquilo que eles puseram de pé, com o seu trabalho e a sua organização, desde 1975. Os trabalhadores manifestam igualmente a sua indignação pelo ambiente a que estão a ser sujeitos os hóspedes que ainda permanecem no hotel.

Hoje, concentração em S. Bento

Entretanto, no plenário realizado anteontem, os trabalhadores do Hotel Baía decidiram efectuar hoje à tarde uma concentração em S. Bento, frente à Assembleia da República, prosseguindo assim a sua justa luta em defesa da legalidade na empresa.

No referido plenário, caracterizado pela firmeza e unidade inquebrantável dos trabalhadores, foi igualmente aprovado um documento dirigido ao Presidente da República, em que se relata a situação criada com o assalto dos «gorilas» às instalações do hotel e o consequente desenvolvimento dos problemas, apontando-se a necessidade imperiosa de repor a legalidade.

violação flagrante, a coberto da violência fascista, à lei das empresas em auto-gestão, à disposição que garante o direito ao trabalho, à lei que proíbe o lock-out, às normas que garantem a segurança das cidadãs e às que regulam os direitos colectivos dos trabalhadores e o exercício da actividade

hotel e a própria CGTP-
-IN têm multiplicado os seus esforços para denunciar a situação junto da opinião pública e dos órgãos de soberania, a quem se exige a resolução urgente e justa do problema criado aos 125 trabalhadores do Hotel Baía.

A solidariedade desenvolveu-se desde o primei-



Cometna A política da traição e dos despedimentos

Os trabalhadores da Cometna continuam a luta contra os despedimentos ilegais e os processos instaurados pela administração, que esperou pelas férias na empresa (mês de Agosto) para nas costas dos trabalhadores lançar um processo ilegal de despedimentos.

Os administradores — cuja ineficácia como gestores e cuja queda para a corrupção e os negócios menos claros (atente-se no subsídio concedido ao I Congresso dos autarcas do CDS, com a publicidade paga no recinto dessa iniciativa centrista), estão mais do que nunca confirmados — despediram quatro trabalhadores da fábrica da Venda Nova (Amadora), exactamente meia hora antes da empresa entrar em período de férias.

Posteriormente, a administração moveu mais processos disciplinares, num total de 33 casos. A totalidade dos membros dos Organismos Representativos dos Trabalhadores (ORT's) estão já abrangidos por esses processos.

A situação actual da Co-

metna, onde neste momento só se encontram os trabalhadores dos serviços de manutenção, surge ligada ao conflito laboral que desde o início do ano vinha opondo a luta pelos justos direitos dos trabalhadores às manobras da administração.

Em Fevereiro, quando foi divulgado o caderno reivindicativo, a administração recusou o diálogo e a negociação, tendo mesmo chegado ao ponto de não reconhecer os ORT's. Os trabalhadores foram obrigados a ir para a greve em vários períodos. Em fins de Junho, os administradores descontaram nos salários do pessoal o equivalente ao dobro das horas de greve cumpridas. Face a esta provocação, os trabalhadores decidiram uma forma de luta

mais radical, com a interrupção total do trabalho e a entrada em plenário permanente. A administração viu-se então obrigada a recuar, prometendo o pagamento das dívidas aos trabalhadores (cerca de 4 mil contos), ao mesmo tempo que se mostrava aberta, finalmente, ao diálogo em torno das propostas contidas no caderno reivindicativo.

Posteriormente, a administração inicia o referido processo de despedimentos, numa posição traiçoeira bem reveladora da estatura moral dos seus componentes e, entre outros aspectos, bem reveladora também da noção de legalidade destes senhores: é que os despedimentos de representantes dos trabalhadores ou de trabalhadores que já tenham exercido tais funções são ilegais e possíveis por decisão judicial!

Face a esta política de despedimentos, inserida, sem dúvida, nos objectivos de desarticulação da luta e da uni-

dade dos trabalhadores, de destruição dos seus órgãos representativos e de levantamento de sérios problemas numa empresa que emprega 1900 pessoas e cujo principal accionista é o Estado (com 99 por cento do capital social), os organismos representativos dos trabalhadores decidiram manter e reforçar a organização mesmo neste período de férias, especialmente através de equipas que funcionam em permanência, na delegação sindical dos químicos na Amadora, e que têm como principal tarefa a insistência nos pedidos de contacto com as entidades oficiais (nomeadamente Ministério do Trabalho e Ministério da Indústria e Tecnologia que ora obrigam a longos períodos de espera para uma audiência, ora lançam os representantes dos trabalhadores de corredor em corredor, à procura do departamento ou da pessoa que poderá informar alguma coisa...) e a divulgação junto da opinião pública da

luta que está a ser desenvolvida.

Os ORT's não aceitam a política de despedimentos e ameaças. Já no passado, os trabalhadores da Cometna tiveram provas desta disposição de firmeza na luta. Até à reposição da legalidade, essa luta irá continuar, como se salienta num comunicado recentemente divulgado à população da Amadora, intitulado «Porque é que a administração da Cometna é intransigente, prepotente, arrogante e utiliza métodos fascizantes?». Nesse documento denunciavam-se as atitudes dos administradores de recusa ao diálogo e à negociação, a sua clara opção pela política do «quero, posso e mando» e o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à livre negociação. Por em causa a viabilidade económica da empresa consta também dos planos dos administradores, alertam os ORT's.

Internacional

O povo palestino só luta pelo direito a ter uma pátria

Neste preciso momento o exército israelita poderá estar ainda a massacrar o que resta de Beirute Ocidental perante o silêncio cúmplice dos Estados Unidos. Ou então, as forças da Organização de Libertação da Palestina poderão ter iniciado já a retirada para outros países árabes.

Yasser Arafat, dirigente da OLP, afirmou já ter aceite este acordo negociado pelo emissário norte-americano Philip Habib. Mas o dirigente palestino chamou igualmente a atenção para o facto de Israel poder aproveitar estas negociações «para um ataque de surpresa», ou seja para tentar liquidar ao máximo a resistência guerrilheira.

Objectivos comuns

Recentemente, em Washington, o ministro dos Negócios Es-

trangeiros de Israel confessava perante os jornalistas que o seu país e os EUA têm «objectivos comuns» a atingir no Líbano.

O ministro israelita lamentaria apenas que a opinião pública norte-americana não pense na sua esmagadora maioria como os seus dirigentes.

E por terem «objectivos comuns» é que os EUA vetaram no Conselho de Segurança da ONU uma resolução que impunha o embargo de venda de armas ao regime sionista.

Segundo o texto da resolução «todos os Estados membros da ONU deveriam como medida preliminar abster-se de fornecer

a Israel qualquer arma, seja ela qual for, e de lhe dar apoio militar, seja ele qual for».

Entretanto, Israel tem impedido até agora que observadores militares se desloquem a Beirute.

Nem tudo são facilidades

Begin e os «falções» acreditavam que a invasão do Líbano e o massacre dos guerrilheiros palestinos seria uma «acção relâmpago».

A própria opinião pública israelita se entusiasma nos primeiros dias com os comunicados da frente. Depois, passados alguns dias, quando as listas das perdas do exército israelita começaram a aumentar as reacções não se fizeram esperar.

Desalojar a OLP não é tão fácil como se previa. A resistência mantém-se, tenaz, e ninguém hoje duvida que se Israel tivesse a possibilidade de esmagar totalmente a OLP já o teria feito.

Entretanto, entre a população israelita surgem já com certa força os protestos por esta guerra expansionista, protestos que tocam largas camadas das forças armadas israelitas.

Begin defrontando embora uma contestação interna que aumenta contra ainda com um bom aliado — os EUA — o que lhe permite continuar, até agora impunemente, o genocídio das populações de Beirute Ocidental.

A actividade criminosa do regime sionista

Enquanto Begin chama aos palestinos «terroristas» recordemos o que tem sido a actividade do regime sionista para com estes.

Apetrechados com um dos maiores exércitos permanentes daquela região do globo que existem e dotados dos armamentos mais sofisticados que a tecnologia norte-americana pode produzir — aviões, navios lança-mísseis, submarinos — o regime sionista tem procurado expulsar a originária população palestina.

A partir de 1949 cidades inteiras, vilas aldeias começaram a ser dinamitadas e a população obrigada a cruzar as fronteiras, processo que continua nos dias de hoje.

Em 1974, uma Comissão da ONU comprova a destruição da vila de Kuneitra, completamente dinamitada e a população expulsa.

Mais de 3 milhões e 600 mil palestinos foram já expulsos, dispersando-se pelos países vizinhos. Um milhão e meio continuam a viver nos territórios ocupados por Israel, vivendo permanentemente num autêntico estado de sítio.

Quase 20 por cento da população — 300 mil palestinos — já passaram pelas prisões israelitas e actualmente existem mais de 27 mil presos políticos. A tortura e as péssimas condições prisionais são a norma.

Legislação sem igual

A legislação israelita é a única no mundo que prevê penas de dinamitação da casa da família da criança que agredir algum soldado israelita ou algum veículo militar.

Uma pedra no pára-brisas de um jipe israelita implica a imediata deportação de toda a família.

O tratamento dispensado pelo regime sionista à população palestina já mereceu da ONU inúmeras condenações. Por ironia da História, Israel foi o primeiro país — e até agora o que recebeu com maior frequência — a ser condenado por infringir as normas da Convenção de Genebra, criadas justamente após os massacres nazis da Segunda Guerra.

«Voltaremos!»

Begin está convicto de que afastando os guerrilheiros da OLP do Líbano a questão palestina fica resolvida. Mas em cada palestino não está esquecida a palavra «voltaremos» — regressar à terra natal de onde foram expulsos violentamente pelo regime sionista.



Por toda a parte escombros, metralha, destruição. Bombas de fósforo lançadas sobre a população civil de Beirute Ocidental. Tudo isto fazem os israelitas... mas os «terroristas» são os palestinos escoraçados da sua pátria.



Milhares de sóis iluminaram esta cidade — Hiroshima — numa fracção de segundo. E dezenas de milhares de pessoas morreram instantaneamente queimadas pelo «fogo do inferno» que o homem aprendeu a manejar. Panorama idêntico repetir-se-ia três dias depois, em Nagasaki

Hiroshima É sempre bom recordar

Foi há 37 anos. Em Hiroshima. Pela primeira vez, todo o poder até então desconhecido da desintegração do átomo era empregue como potencial bélico. Foi em 6 de Agosto de 1945. Três dias depois outra cidade japonesa — Nagasaki — conhecia os horrores daquela nova arma.

Não se pretende discutir aqui a decisão norte-americana ao utilizar tão destruidora arma contra um Japão imperial já derrotado. Nos próprios Estados Unidos ainda hoje se confrontam os argumentos dos que a defendem e os que reclamam ter sido desnecessária tal barbárie.

Não se pretende pois discutir uma decisão tomada há 37 anos. Praticado o erro, que fique o exemplo. O que se pode — e deve — discutir e condenar é a atitude provocatória dos EUA face à humanidade ao assinalarem o aniversário de Hiroshima com a explosão de uma ogiva nuclear subterrânea de potência sete vezes maior do que a utilizada em Hiroshima.

Como aumentou o armamento nuclear

Só em Hiroshima a bomba atómica matou ou mutilou cerca de 240 mil pessoas. Hoje, os sobreviventes sofrem ainda os efeitos da catástrofe — feridas e doenças incuráveis provocadas pela radiação.

Entretanto, as reservas actuais de armamento nuclear têm uma potência destruidora 1,6 milhões de vezes superior à bomba de Hiroxima e a população da Europa, continente escolhido pela estratégia norte-americana para arena da chamada «guerra nuclear limitada», manifesta-se preocupada.

Nas principais cidades europeias, milhões de pessoas têm exigido que seja posto termo a esta perigosa ameaça que atinge toda a população do globo. Ao mesmo tempo, muitos são os cientistas de renome que se reúnem para analisarem os perigos reais da situação e assim tentarem demover certos políticos dos seus intentos bélicos.

O perigo dos «erros fatais»

O professor Alberto Malliani, um dos fundadores da secção italiana do movimento «Médicos do Mundo pela prevenção da guerra nuclear» em entrevista recente à revista italiana «Tempo médico» referia a probabilidade dos «erros fatais» na política bélica norte-americana, ao afirmar:

«Como se sabe, o exército americano efectua exercícios secretos em que se simula um ataque atómico. Durante estes exercícios de treino funcionam sistemas de aviso e, evidentemente, é possível perceber que se trata de um ataque falso. Mas para isso é preciso tempo.

«Para cobrir a distância que separa os Estados Unidos da União Soviética os

mísseis precisam de apenas 20 minutos, ou menos ainda se forem lançados de submarinos. A outra parte pode ainda supor tratar-se de uma operação real e responder como se, no ar, se encontrassem mísseis inimigos. O resultado é a extinção geral.

«Tudo isto significa que, para evitar a catástrofe nuclear, a boa-vontade não chega», acrescenta o professor Malliani. «Urge esclarecer as pessoas sobre o enorme risco que representam as armas nucleares hoje, quando to-

Convém ainda recordar que a vacinação permitiu reduzir substancialmente muitas doenças infecciosas infantis. Dois dólares para cada criança, ou seja 260 milhões de dólares por ano gastos com os recém-nascidos, protegê-los-iam contra essas doenças. Dez por cento das verbas gastas com a corrida aos armamentos bastariam para alimentar todas as crianças que, no mundo, são hoje vítimas da fome.

Festa de anos nucleares

Os EUA, sob a administração Reagan, não encontraram melhor altura do que o 37.º aniversário de Hiroshima para fazerem explodir uma ogiva nuclear subterrânea. Com direito à presença

A varíola foi uma doença completamente debelada. Para isso a Organização Mundial de Saúde gastou 83 milhões de dólares, menos do que custa um bombardeio estratégico norte-americano.

★

Para a imprensa capitalista quem ameaça a paz é a União Soviética. Mas são os EUA e a administração Reagan quem comemora o 37.º aniversário de Hiroshima com uma explosão nuclear.

dos os habitantes do planeta estão ameaçados por 50 mil toneladas de trinitrotolueno. Pensar e falar disso é o dever de cada médico, de cada cientista.»

O que se gasta em armamentos

As verbas gastas no mundo com a defesa são actualmente duas vezes e meia superiores às destinadas à saúde pública — afirmou recentemente o académico soviético Nikolai Botchkov, vice-presidente do movimento «Médicos do Mundo para a prevenção de uma guerra nuclear».

E mais dados foram fornecidos por este cientista soviético. Dos quatro mil e quinhentos milhões de habitantes do nosso planeta um terço, ou seja, mil e quinhentos milhões estão privados de assistência médica e metade subalimentados. Trezentos milhões de pessoas sofrem de doenças diversas e 30 a 40 milhões morrem todos os anos de fome.

A varíola, que devastava regiões inteiras do globo, foi erradicada e para isso a Organização Mundial de Saúde gastou, nos últimos dez anos e com que dificuldade, 83 milhões de dólares, menos do que o curso de um bombardeio estratégico norte-americano. Entretanto, segundo estimativas da mesma Organização, para extirpar o paludismo dos países quentes e húmidos seriam necessários 450 milhões de dólares, um terço do custo de um novo míssil para o sistema «Tridente» e menos de metade dos dinheiros destinados diariamente à corrida aos armamentos.

dos jornalistas e televisão. As imagens foram difundidas para todo o mundo que as quis aproveitar e nelas era bem visível a enorme cratera que se formou logo após a explosão.

E, contudo, todos os dias a máquina de propaganda imperialista bombardeia a opinião pública mundial fazendo crer que a ameaça bélica vem da União Soviética. Em todo o mundo capitalista não há dia nenhum em que um órgão de comunicação contactado com os interesses do capital não refira «as ameaças que se levantam do campo socialista», o «esmagador poderio bélico da URSS» e outros dislates semelhantes.

Mas esses mesmos órgãos de comunicação social esquecem deliberadamente que quem festeja Hiroshima com uma explosão nuclear são os EUA, quem aumenta as verbas destinadas ao armamento são os EUA, quem decide fabricar novas armas ainda mais destruidoras (caso da bomba de neutrões, bem como novos mísseis e novos tipos de bombardeiros) são os EUA, quem procura fazer estacionar todo esse armamento na Europa são os EUA.

É sempre bom recordar

Recordar é preciso. Quanto mais não seja para que os erros não se repitam. E Hiroshima e depois Nagasaki são o exemplo do que a humanidade deve evitar. A todo o custo.

É sempre bom recordar... mas não com experiências nucleares!

Reagan aconselha agricultores a venderem cereais à URSS

• Mas opõe-se a que a CEE receba gás soviético

Só visto, Contado ninguém poderia acreditar. Contudo os telespectadores portugueses tiveram recentemente a oportunidade de ver na televisão tão insólita cena: Reagan, presidente dos EUA, promotor convicto do embargo europeu ocidental ao gasoduto soviético aconselhava os agricultores norte-americanos a venderem mais cereais à URSS. A cena passou-se num congresso dos produtores de cereais. Ronald Reagan, convidado, foi peremptório ao afirmar que se devia aumentar as vendas de cereais à União Soviética. Foi mesmo mais longe — manifestou a opinião de que os agricultores seus compatriotas deveriam desfazer-se das reservas que possuem.

E toda esta boa vontade comercial de Reagan por quê? Pela única e simples razão de que os agricultores norte-americanos começam a enfrentar dificuldades cada vez maiores, agravadas ultimamente pelos embargos decretados pela administração norte-americana (primeiro Carter e depois Reagan) no respeitante à venda de cereais à União Soviética. E os agricultores começaram a protestar, tanto mais que o Canadá e a Argentina ameaçavam ocupar o papel de fornecedores daquele produto agrícola.

Vá pois de desfazer o mal-estar. Os seus compatriotas descontentes podem vender os cereais que quiserem. Os europeus, esses é que não podem compartilhar na construção do gasoduto soviético, que viria tornar mais competitiva grande parte da economia dos países da Europa Ocidental.

PARA EMBARGOS LOUCOS OUVIDOS MUCOS

Entretanto, na generalidade dos países da Europa Ocidental, nomeadamente nos países da CEE, os protestos contra a tentativa de embargo decretado pelos EUA ao gasoduto soviético não param de aumentar.

Cabe agora a vez à CEE no seu conjunto de protestar contra

tal decisão, sendo opinião unânime que o embargo às vendas de equipamento fabricado na Europa sob licença dos Estados Unidos é contrário à lei internacional.

Até agora a França, a Itália e a Grã-Bretanha já informaram os EUA que não respeitarão o embargo e a República Federal da Alemanha, um dos países mais directamente afectado, está a encorajar as suas empresas a avançarem com os fornecimentos já acordados.

Também o Canadá, pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmou já que o seu governo está totalmente de acordo com a posição da RFA relativamente ao gasoduto euro-soviético.

PREJUDICAR A URSS? OU BENEFICIAR OS EUA?

No princípio foi um pretexto político. Alegando a responsabilidade da URSS na situação da Polónia os Estados Unidos quiseram deste modo unir os seus aliados nas sanções à União Soviética.

Mas desde quando os pretextos políticos, para os EUA, estão dissociados dos pretextos económicos? Até agora nunca tal se revelou. E à medida que as notícias sobre o pretendido embargo ao

gasoduto euro-soviético se iam desenvolvendo novos dados surgiam para a compreensão do problema.

Estariam os Estados Unidos unicamente interessados em prejudicar a URSS? Ou, pelo contrário, procuravam assegurar os seus interesses económicos relativamente àquele país e, sobretudo, aos países da Europa Ocidental.

Sabe-se hoje — e alguns órgãos de informação não o têm escondido — que apesar dos vultuosos investimentos os soviéticos tentam fornecer o gás natural aos países europeus a um preço compensador relativamente ao que é praticado no mercado internacional. Com isto toda a indústria petroquímica europeia irá beneficiar e tornar-se competitiva face à indústria norte-americana.

E também não é por acaso — embora hoje só se fale do pretendido embargo ao gasoduto euro-soviético — que os norte-americanos proibem a utilização do seu equipamento no projecto nipo-soviético de exploração dos recursos petrolíferos e de gás na plataforma continental da ilha de Sacalina.

Mas os EUA desmascararam-se rapidamente quando Reagan e a sua administração — esquecendo já a Polónia — argumentavam perante os seus parceiros europeus que o aumento da importação do gás soviético elevaria para um «nível perigoso» o grau de dependência de um «adversário eventual».

Contra isto replicam agora os países da CEE, através da sua

Comissão Executiva, num documento político elaborado com o apoio de peritos da RFA, Grã-Bretanha, França e Itália.

Aí se afirma que o embargo norte-americano será prejudicial principalmente para as economias dos países europeus. A saber: põe em causa a utilidade das ligações tecnológicas entre as empresas europeias e americanas; fará perder o crédito às firmas europeias, não apenas pe-

capacidade produtiva industrial e o aumento do desemprego; finalmente, não se justifica a alegação da «demasiada dependência da Europa em relação à URSS» já que o gás siberiano apenas representará, em 1990, cerca de 4 por cento do consumo total de energia da CEE.

Como se constata, subjacente a um motivo político — sanções por causa de uma pretensa impli-

Desemprego nos EUA

No mês passado os Estados Unidos tinham mais desempregados do que o total da população de Portugal.

Segundo dados oficiais no passado mês de Julho o número de desempregados atingia 10,8 milhões de norte-americanos, o que representava um acréscimo de 360 mil em relação ao mês anterior.

A taxa de desemprego atingiu os 9,8 por cento considerada a mais elevada desde o fim da Segunda Guerra.

Se juntarmos a estes números toda a franja — que não é pequena — de desempregados não oficiais, a situação não é famosa para a América de Reagan.

rante a URSS, mas também junto de outros parceiros potenciais; poderá apenas retardar, e por pouco tempo, a construção do gasoduto que pode ser concluído com tecnologia soviética; irá provocar o desenvolvimento da tecnologia soviética; terá consequências negativas na economia dos países da Europa Ocidental, nomeadamente a diminuição da

cação na situação da Polónia — estão ligados fortes motivos económicos. Que Reagan já não esconde: os americanos podem e devem vender todos os cereais possíveis à URSS, mas os europeus não podem nem devem comprar gás soviético, não se vá dar o caso de se tornarem muito independentes da economia americana.

Quénia

Um descontentamento que cresce

A tentativa de golpe de Estado recentemente verificada no Quénia vem chamar a atenção para um país da região do Corno de África habitualmente afastado das grandes manchetes dos jornais.

E, contudo, as dificuldades económicas agravam-se ali. Para certos observadores políticos o que se verificou era previsível e, apesar da derrota dos revoltosos, não é líquido que a paz regressasse por completo ao país tantos são hoje os problemas com que se debate a administração queniana.

Com uma taxa de crescimento populacional de 4 por cento — uma das mais elevadas — e com uma economia essencialmente agrícola, nos últimos anos tem-se verificado o crescimento constante da população que, na falta de terras aráveis, procura solução para os seus problemas convergindo para os poucos centros urbanos.

Teria sido esta massa da população — cujas perspectivas de alimentação hoje em dia são tremendamente difíceis — que teria vindo para a rua festejar o golpe

militar desencadeado por elementos da Força Aérea e que ao mesmo tempo se lançou à pilhagem das lojas.

Ao lado dos revoltosos da Força Aérea lutaram muitos estudantes, meio onde o descontentamento grassa, e muitos dos mortos civis contam-se entre estes.

Entretanto, falhada a revolta, a repressão não se fez esperar. Na sua quase totalidade os elementos da Força Aérea foram presos. A universidade encerra-se. Os bairros de lata esquadrioados pelas forças policiais, com a repressão que se imagina.

Arap Moi, o presidente que sucedeu a Jomo Keniatta, quer deste modo assegurar às potências ocidentais e aos Estados Unidos em particular que qualquer tentativa de modificar os seus interesses capitalistas no país serão severamente castigados.

Aliás, Arap Moi, como também o fizera o seu antecessor, não deixa alargar o campo à oposição. A revolta da Força Aérea surge precisamente porque cada vez mais se caminha para a instauração, de facto de um partido único.

E por quê um partido único? Cada vez mais os sectores da oposição criticam o que chamam «a dinastia Keniatta», formada pela família do antigo presidente e que constituiu o grupo económico mais forte da África Oriental, estando na posse de vastas plantações e controlando o comércio de pedras preciosas, casinos e indústrias.

Ao mesmo tempo que os interesses deste grupo económico aumentam, aumentam também as dificuldades das camadas populares mais desfavorecidas — daí, pois, todo o interesse em fazer calar todas as vozes discordantes que presentemente se organizavam.

Uma revolta falhada — pensam satisfeitos os dirigentes quenianos. Mas uma revolta falhada, hoje, pode transformar-se numa revolta vitoriosa amanhã. E os americanos sentem-se preocupados porque o vento de mudança social chegou a mais um país da importante região do continente africano chamado Corno de África.

República Saaraui faz adiar Cimeira da OUA

A cimeira da Organização da Unidade Africana (OUA) foi adiada devido à falta de quórum provocada pela não comparência de diversos chefes de Estado africanos.

O quórum obrigava 34 presenças, contudo, em Trípoli, apenas estiveram 30 delegações de países membros da OUA. A questão que motivou a ausência de alguns países foi a aceitação da República Árabe Saaraui Democrática como membro de pleno direito, da OUA.

Uma comissão constituída por cinco membros ficou encarregue de contactar os países ausentes com vista à marcação de uma nova data para a cimeira da Organização. A referida comissão é integrada pela Líbia, Tanzânia, Zâmbia, Congo e Mali.

Entretanto, numa reunião in-

formal, as delegações dos 30 países membros presentes aprovaram um documento no qual condenam «as manobras imperialistas para desestabilizar o continente».

Condenando a situação na África Austral e as agressões sul-africanas aos países da linha da Frente, o documento manifesta repúdio pelas «facilidades que alguns países africanos estão a conceder aos Estados Unidos para o apoio logístico da sua força de intervenção rápida».

Por último e abordando a questão que fez adiar a Conferência, o documento propõe que Marrocos e a República Árabe Saaraui Democrática encetem negociações tendo em vista resolver o conflito no Saara Ocidental.

Conferência em Viena Utilização do espaço para fins pacíficos

Começou em Viena, na passada segunda-feira, a II Conferência das Nações Unidas sobre a investigação e a utilização do espaço cósmico com fins pacíficos. Nos trabalhos, que foram inaugurados pelo presidente austríaco, estão representados cerca de cem Estados, além de organizações internacionais e organismos especializados da ONU.

Durante duas semanas, os participantes na conferência debaterão-se-ão, essencialmente, sobre três problemas incluídos na agenda: o actual estado da ciência e técnica cósmica e sua utilização prática, a cooperação internacional e o papel das nações unidas no aproveitamento do espaço. Para além disto, os delegados estudarão ainda as possibilidades de fazer contribuir as realizações cósmicas para a solução dos problemas económicos e sociais dos estados e reforço da paz e da segurança mundiais.

Depois da primeira conferência deste tipo, realizada em Viena, em 1968, a cosmonáutica registou grandes progressos. Criaram-se estações cósmicas orbitais e efectuaram-se voos a Vénus e

Marte. O espaço deixou de ser uma esfera de investigações e experiências meramente científicas, para passar a servir o homem em campos de importância prática como as comunicações, a meteorologia, a investigação dos recursos naturais da Terra, a cartografia, a navegação, etc.

Nesses anos aprofundou-se consideravelmente a cooperação inter-estados na investigação e utilização do espaço cósmico, tendo sido criadas várias organizações internacionais. Destacam-se a «Inter-Sputnik», comunicações por satélite, e «Intelsat», a «Inmarsat» para comunicações marítimas por satélite, a «Agência Cósmica Europeia» e a «Intercosmos», esta dos países socialistas.

A militarização do espaço

Nas vésperas da abertura da conferência, representantes de vários estados declararam-se preocupados com a militarização do espaço. Recorde-se que os EUA propõem-se transferir a corrida aos armamentos para o cosmos e colocar em órbitas circunferentes sistemas de armas mortíferas capazes de desferir golpes tanto contra objectivos espaciais como terrestres.

Estes planos foram recentemente confirmados por uma directiva do presidente americano sobre a política nacional cósmica dos EUA. Espera-se que a conferência de Viena elabore medidas eficazes para prevenir o perigo da militarização do espaço.

Entretanto, ainda recentemente a União Soviética propusera às 40 nações que participam no Comité de Desarmamento das Nações Unidas, reunido em Genebra a urgente elaboração de tratados que proibam a utilização de armas químicas e o estacionamento de armamento no espaço.